

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 253 • Ano 12 • Cr\$ 200,00

PASTORAL



Um debate ecumênico

Formação • Eclesiologia • Bíblia

PASTORAL: QUESTIONAMENTOS E DESAFIOS

Vivemos momentos de transformações de magnitude inimaginável. Nos últimos anos, participamos de crises profundas que abalam conceitos e teorias supostamente solidificadas e colocam em dúvida sonhos carinhosamente acalentados. Torna-se quase impossível obter consensos unificadores de vontades e de perspectivas.

Tempos de crise que exigem abertura para novos momentos, criatividade para a construção de outros projetos, disponibilidade para reconstruir novas sínteses e sensibilidade aguda para continuar sonhando.

Entre os processos sociais mais significativos, no Brasil e na América Latina, nestes últimos anos, situa-se a radical transformação da ação pastoral. Deixou de ser atividade exercida pelos clérigos para oferecer assistência aos fiéis e transformou-se em praxis coletiva da comunidade eclesial.

Interfere diretamente hoje na conjuntura sócio-política, no interior mesmo dos conflitos sociais, e toma o partido dos oprimidos e empobrecidos. Por ser praxis, tem um suporte teórico, tanto no campo da teologia como no da intermediação sócio-analítica, que fundamenta e legitima sua intervenção e avalia o produto de suas atividades. A amplitude do movimento de pastoral, nas suas diversas facetas, ganhou peso político substantivo e em certas ocasiões tornou-se hegemônico e decisivo no processo social.

A pastoral conseguiu também alimentar e criar sonhos. Inspirou os cristãos dos nossos dias a encontrarem forças para lutar em favor da dignidade dos países subdesenvolvidos.

A dinâmica do processo social, a rapidez das transformações do mundo de hoje com as crises correlatas que provoca, o surgimento de novos sujeitos políticos, o fortalecimento dos movimentos e das organizações populares, o agravamento da pobreza em vastos segmentos populacionais, assim como o reagrupamento e as novas estratégias dos grupos da direita, conservadores ou reacionários, trouxeram novos questionamentos e desafios para ação tão profunda e significativa como a da pastoral popular.

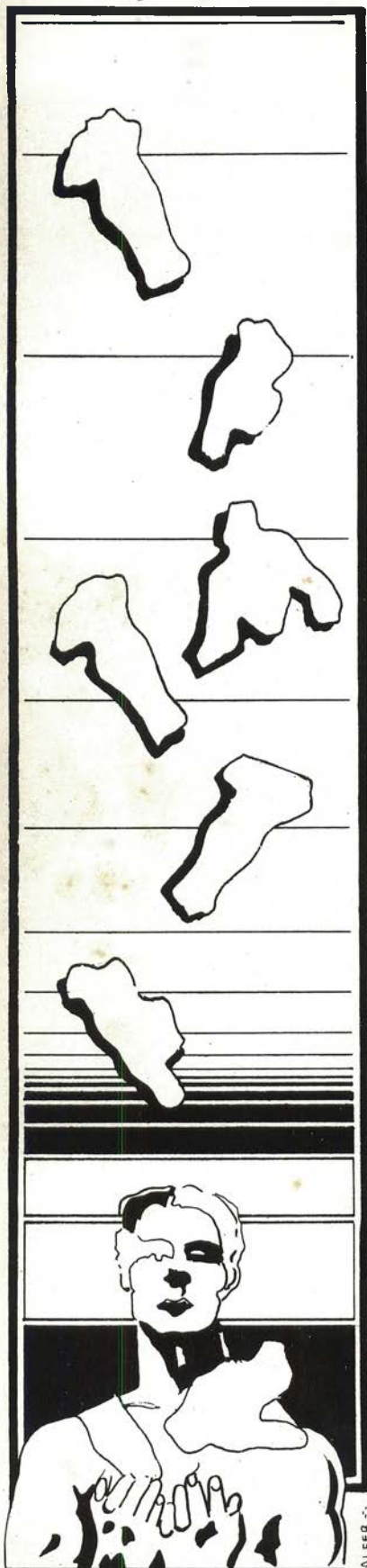
Os novos momentos políticos e econômicos, que exigem esforços sistemáticos de análise da realidade, avaliação freqüente da prática exercida, estão apontando questões não percebidas anteriormente. Surgem exigências diversas na construção de conhecimento e na compreensão mais totalizante do complexo mecanismo social, o que faz rever certo reducionismo ainda existente na prática eclesial e política.

A pastoral atravessa, portanto, momento de crise. Entendem-se essas crises positivamente como julgamento e avaliação da realidade e o imperativo de busca de novas sínteses do processo social. Tal julgamento questiona o referencial teórico teológico e sócio-analítico que está sendo usado.

Deixa clara a tensão entre confessionalismo e ecumenismo na pastoral. Crítica certa racionalidade burocrática que pode minar a vitalidade do carisma profético. Também questiona a pouca importância dada pela praxis pastoral ao belo e ao lúdico, suplantados pelo mito da eficiência e dos resultados práticos. Indaga o porquê da repetição de formas cristalizadas tanto na interpretação bíblica como na reflexão teológica. Estes e muitos outros desafios indicam momentos ricos na caminhada da pastoral.

Todo esse quadro aponta para a necessidade de um amplo debate ecumênico, participativo e pluralista, sobre a pastoral. São sinais de amadurecimento e de vitalidade. São reafirmação de que o sonho de uma verdadeira revolução não acabou e que a utopia de uma nova sociedade ainda alimenta a praxis pastoral.

Tempo e Presença tem procurado contribuir para debates, tanto no campo eclesial como político, das diversas faces do processo social de nosso tempo. Assim temos feito com referência ao sindicalismo, à prática educativa, às organizações ecológicas, ao ecumenismo e a tantos outros campos políticos. Neste número estamos oferecendo textos que refletem as diversas facetas da pastoral. Esperamos que seja contribuição efetiva para o avanço do esforço ecumênico em favor da vida e da liberdade.



Índice

Pastoral

- 5 IMPULSOS E FREIOS NA VIDA DA IGREJA (ENTRE A ESPERANÇA E O REALISMO)
Julio de Santa Ana
- 9 CONFSSIONALISMO E ECUMENISMO
Antônio Gouvea Mendonça
- 12 REDENÇÃO DO CARISMA REVOLUCIONÁRIO
Rafael Soares de Oliveira
- 14 UM QUÊ DE SÁBADOMINGO EM PLENA QUARTA-FEIRA
José Lima
- 16 OIKOUMENE: A BARCA DOS AMANTES
Paulo Cezar Loureiro Botas
- 18 A BÍBLIA COMO REFERENCIAL DE AUTORIDADE
Carlos Dreher
- 20 UMA LAMPARINA NA MADRUGADA (A BÍBLIA, SÍMBOLO DA CAMINHADA)
Marcelo de Barros Souza
- 23 MOVIMENTO BÍBLICO E PASTORAL
Milton Schwantes
- 26 VARIAÇÕES DA MESMA ESPERANÇA: PROGRAMA DE ACESSORIA À PASTORAL
José Bittencourt Filho
- 28 FERNANDO HOLLUNDER: "ESTOU RENASCENDO"
Entrevista a Milton Schwantes
- 30 QUAL O TAMANHO DA TROMBA DO ELEFANTE?
Jorge Atílio Silva Iulianelli

Barragens

- 32 A PREOCUPAÇÃO DOS CALUNGAS
Aurélio Vianna

América Latina

- 34 A CHEGADA DA BÍBLIA À AMÉRICA LATINA
Jorge Pixley

Bíblia Hoje

- 36 PENTECOSTES: O COMBATE DE DEUS
Sebastião A. Gameleira Soares

Livros

- 39 LUTA PELA TERRA
Leonilde Sérvo de Medeiros

Igrejas adotam postura conservadora diante da crise

As profundas mudanças no panorama mundial remetem a um período de crise. Historicamente, nestes momentos as igrejas adotam a postura conservadora da prudência, como diz *Julio de Santa Ana*.

Páginas 5 a 8



Lavrador ensina como respeitar a terra

Durante seminário promovido pela Comissão Pastoral da Terra no Espírito Santo, *Milton Schwantes* entrevistou o lavrador Fernando Hollunder, que fala, com a sabedoria de homem simples do campo, do respeito à terra e do amor ao próximo.

Páginas 28 e 29

A Bíblia ajuda a enfrentar os desafios

As dificuldades que marcam os tempos atuais desanimam e até ameaçam a caminhada do povo de Deus. Para *Marcelo de Barros Souza* é nesses momentos que aumentam os pedidos para aprofundamentos bíblicos.

Páginas 20 a 22

Hidrelétrica ameaça cultura dos calungas

Cerca de 4 mil camponeses negros (calungas) que vivem no vale do rio Paraná estão ameaçados de ver dizimada sua cultura secular, devido à construção da hidrelétrica Foz do Bezerra, planejada por Furnas. Os responsáveis pelo empreendimento tentam tranquilizar os calungas dizendo que está sendo concluído o Relatório de Impacto Ambiental e estudado reassentamento em outra área. *Aurélio Vianna* lembra que os reassentamentos de atingidos por barragens não têm dado certo.

Páginas 32 e 33

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Setembro/Outubro 1990

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 242-8847 / 224-6713
Telex: 021 37892 CIED BR
Fax: (021) 205-5993

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR
Fax: (011) 825-7861

Conselho Editorial
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

**Editor Assistente e
Jornalista Responsável**
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

**Editor de Arte e
Secretário de Redação**
Flávio Irala

**Diagramação,
Secretaria Gráfica e Capa**
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação
Márcia Marisa Veloso
Rosely Ramos Cruz de Santana

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão
Rosana de Lima Soares

Foto da capa
Gianne Carvalho; painel de Irmgard
Schanner, na Ig. Presbiteriana Unida
da Vila Proletária da Penha (RJ)

Este número foi editado com a
assessoria do Programa de Assessoria
à Pastoral do CEDI

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Exemplar avulso: Cr\$ 200,00
Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00
Assinatura/Exterior: US\$ 30

ISSN 0103-569X

O motivo principal desta carta é felicitar e agradecer calorosamente pelo magnífico número de *Tempo e Presença* que vocês acabam de publicar discutindo a crise do socialismo. É realmente uma contribuição muito importante para a reflexão que o cristianismo em geral deve fazer a respeito do *novo mundo* com o qual já estamos nos defrontando em consequência da derrubada do chamado *socialismo real*. Estou muito preocupado com este tema: qual será a reação da igreja de Cristo a respeito da tarefa (que creio ser imperativa) de preencher o vazio espiritual e social que a queda do marxismo-comunismo produziu e que, sem dúvida, se aprofundará no futuro próximo?

Luis Odell
Barcelona, Espanha

Com serenas e contundentes análises, *Tempo e Presença* se contrapõe à violenta enxurrada de informações (deformações, diria melhor) a serviço do velho-novo Moloch — o mercado. Na realidade, não há nada mais materialista do que o endeusamento, onde tudo — literalmente tudo — se resume a “quem tem mais, vale mais”.

No tocante ao *socialismo*, a revista nos fornece uma visão equilibrada dos aspectos suscitados pela emblemática *queda do muro* (há muitos muros no Ocidente que se fortaleceram ainda mais). O abandono dos erros cometidos em nome do socialismo não justifica cair num erro ainda maior: a intransigente e dogmática adesão aos valores materialistas e egoístas ao extremo (verdadeira leidas-selvas) representados pela cativante designação de economia de mercado.

Jaime F. Galiana
São Paulo, SP

Parabéns pela edição dos vários aspectos da abertura

do socialismo europeu. Esta-va faltando subsídios em nossas discussões a respeito desse assunto.

Hélio Inácio Fussieger
Pinhalzinho, SC

Sabemos que o desgoverno atual, aproveitando a entrada do capital estrangeiro no país, está promovendo uma grande queima de estoque no ensino brasileiro. Universidades e escolas da rede pública estão sendo desmanteladas com a nítida intenção de privatizá-las.

Sugiro que publiquem artigos desmascarando o desgoverno Collor e seu projeto neoliberal, revelando as consequências para o já miserável povo brasileiro.

Um abraço, tentando não ter medo de ser feliz.

Ricardo Martins
Imbituba, SC

Minha comunidade é Dom Oscar Romero. Em nossa busca de informação, *Tempo e Presença* preenche bastante, principalmente nas questões latino-americanas.

Ivanilde Terezinha Jardim
São Paulo, SP

Mais uma vez a revista *Tempo e Presença* me surpreende pois trata em seu nº 252 da questão do socialismo com profundidade e variedade de articulistas dignas de nota. Estamos usando esta edição para nosso trabalho de base na comunidade.

Jorge de Souza
São Paulo, SP

Nota

O encarte “Índice 89”, publicado no nº 252 de *Tempo e Presença*, foi preparado pela documentalista Ângela Galvão, do CEDI.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

PASTORAL

Creio na ressurreição do corpo	Cr\$ 280,00
De dentro do furacão	Cr\$ 400,00
Poesia, profecia e magia	Cr\$ 279,00
Pai Nosso — Meditações	Cr\$ 343,00
Servos livres	Cr\$ 279,00
Pão, vinho e amizade	Cr\$ 457,00
A Igreja e o desafio dos pobres	Cr\$ 240,00
Discussão sobre a Igreja	Cr\$ 240,00
A experiência da fé	Cr\$ 343,00
Evangelização no Brasil de hoje	Cr\$ 256,00
O drama da conversão	Cr\$ 320,00
Projetos de esperança	Cr\$ 297,00
O espelho e a transparência	Cr\$ 640,00
A celebração da vida	Cr\$ 119,00
Chamados a dar testemunho hoje	Cr\$ 80,00
Estudos bíblicos de um lavrador	Cr\$ 119,00
Leituras da Bíblia 1 — Lutero	Cr\$ 206,00
Missão e evangelização	Cr\$ 160,00
Protestantismo e política	Cr\$ 119,00
Profetas da unidade	Cr\$ 240,00
Cad. 8 — Igreja, desenvolvimento e participação popular	Cr\$ 160,00
Cad. 9 — Deixai vir a mim os pequeninos	Cr\$ 160,00
Cad. 12 — 6ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas	Cr\$ 329,00
Cad. 16 — Periferia: desafio à unidade	Cr\$ 240,00
Cad. 17 — Unidade e prática de fé	Cr\$ 240,00

Faça seu pedido através de *cheque nominal* para o CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP ou por *vale postal* para agência do correio 403911, Santa Cecília, SP

IMPULSOS E FREIOS NA VIDA DA IGREJA (ENTRE A ESPERANÇA E O REALISMO)

Quando os processos históricos se tornam turbulentos, como os de hoje, as igrejas adotam a postura conservadora da prudência

Julio de Santa Ana

Mudanças de enorme importância estão ocorrendo no panorama mundial, afetando igualmente instituições políticas e organismos da sociedade civil. Embora a maior parte da década de 80 se tenha caracterizado pelo imobilismo, é incontestável que desde o final de 1986 se iniciaram processos que desencadearam transformações cuja magnitude é impossível desconhecer.

Quase podemos dizer que a quietude prevalecente durante a primeira metade da década passada foi como a calmaria que precede a tempestade. Desde que a URSS começou a experimentar as reformas impulsiona-

das por Gorbachev e seu grupo, os acontecimentos parecem ser guiados por um dinamismo de forte aceleração: distensão internacional; perda de monopólio do poder de vários partidos comunistas na Europa oriental; queda do muro de Berlim; fim da ordem geopolítica internacional que vigorava desde o fim da última guerra mundial; enfraquecimento do sistema de *apartheid* na África do Sul; nova formulação do sistema capitalista, em que os EUA deixam gradualmente de ser o motor principal etc.

Essas transformações estão longe de terminar. Isto significa que

iniciamos os anos 90 em tempo de crise, que há de definir o que deverá manter-se em pé e o que haverá de cessar quando começar o século 21.

Estas mudanças afetam fortemente a vida dos povos do planeta, com suas instituições governamentais e outras que pertencem à sociedade civil. Ao tomar consciência de tais mudanças, as organizações que articulam os tecidos sociais percebem a necessidade de reorientar suas estratégias, de corrigir suas práticas, ou de afirmar suas linhas de trabalho. Geralmente, quando se entra em períodos históricos do tipo do que agora experimentamos é difícil encontrar consensos que sirvam para unificar pareceres e vontades. Em meio ao torvelinho, na maior parte das oportunidades surgem opiniões e interpretações opostas.

Se isto acontece com estruturas políticas nacionais e internacionais, por certo também afeta as igrejas, cujo caráter multiface as expõe aos

Douglas Mansur/Imagens da Terra



efeitos dessas mudanças que se estão produzindo em nosso tempo.

Ordens institucionais — As igrejas são instituições que possuem grande solidez, construída através de muitos anos. Têm passado por fortes tormentas históricas e se acostumaram a conviver com todo tipo de contingências. Isto ensinou, aos que foram e são responsáveis pela administração e supervisão da vida das instituições eclesiais, o exercício da prudência quando os processos históricos se tornam turbulentos. “Amainar até que clareie!” é a ordem que repetem os comandantes dos navios quando o mar se agita e as ondas batem bravias. Trata-se de salvar a estrutura, de passar pela tor-

menta com os menores danos. É uma atitude tipicamente conservadora, que dá prioridade à sobrevivência das instituições. Estas, apesar de sua experiência e solidez, também têm seus pontos fracos. Portanto, a prudência dos administradores e supervisores tenta poupar-lhes desgastes que possam ser excessivos.

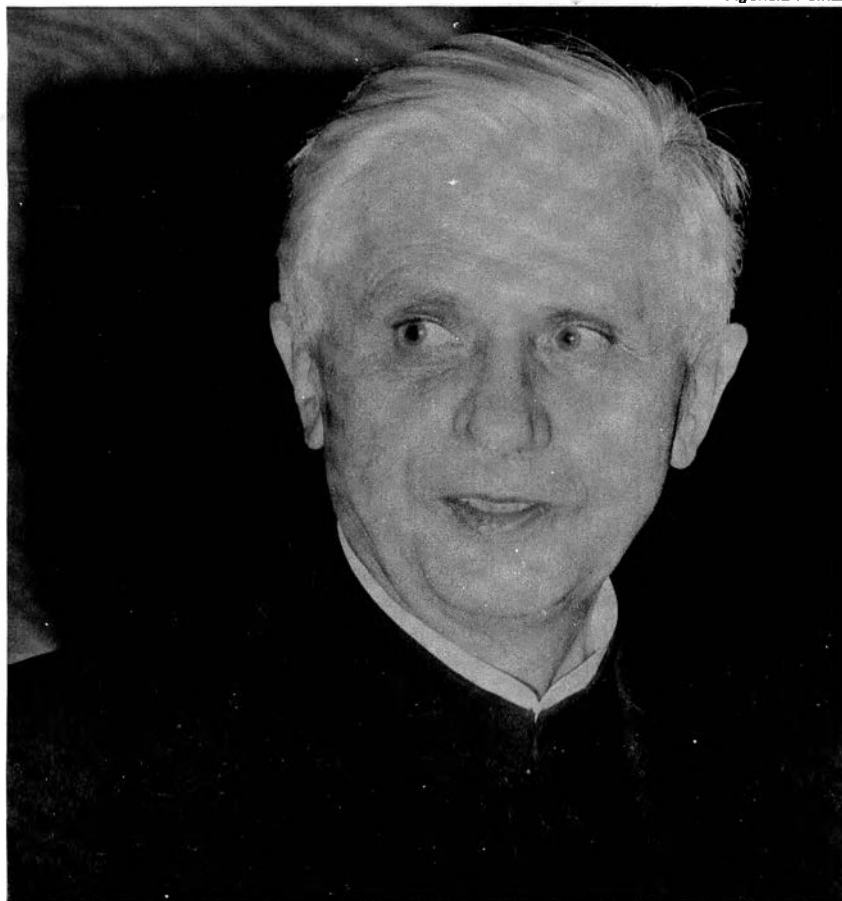
Por exemplo, no dia 30 de dezembro de 1989, o jornal francês *Le Monde* publicou uma entrevista com o cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, da Santa Sé da Igreja Católica Romana. Uma das perguntas foi formulada considerando os focos de contestação que se manifestavam no correr dos últimos anos à orientação que o Vaticano tem dado à Igreja Católica em nível mundial e, sobretudo, na Europa: o que pensava o cardeal sobre o assunto? Ratzinger respondeu que existe no momento atual uma tendência clara, em nível mundial, em favor da concentração de poder e da homogeneização cultural (subentendendo que

se trata de seguir os cânones da cultura ocidental dominante). Esse processo dá-se também na Igreja de Roma e, diante dele, o cardeal admitiu ser compreensível que se produzam resistências “provincianas”. Esta compreensão dos processos atuais é própria daqueles que entendem que se devem reforçar as instituições e suas instâncias de poder. Esta posição não é exclusiva de Ratzinger: é própria do Vaticano que, a partir da mesma, nomeia bispos, orienta a ação das igrejas particulares, enfatiza linhas conservadoras no plano dos programas de educação teológica, assim como realça a ação de movimentos que confirmam a necessidade de maior concentração do poder institucional eclesial e a cristianização da cultura moderna.

Essa tendência não se limita à Igreja Romana; é também observada nos outros grandes corpos eclesiais. Assim, a Federação Luterana Mundial, por ocasião de sua última Assembléia, realizada em fevereiro deste ano em Curitiba, adotou uma clara postura de prudência institucional, entendendo que a situação que vivem as igrejas luteranas não é apropriada para os riscos que as instituições eclesiais assumem quando nelas prevalece o espírito profético. Algo semelhante já ocorrera no ano passado, por ocasião de sua assembléia geral em Seul, Coréia. Do mesmo modo, quando a Igreja Ortodoxa Russa teve de eleger o novo Patriarca, depois do falecimento de Pimen, a decisão recaiu sobre Alexy, que sem dúvida alguma encarna, mais fortemente que qualquer outro, as tradições institucionais russas. Pode-se também acrescentar que esta postura de prudência institucional chegou, inclusive, a prevalecer no Conselho Mundial de Igrejas, onde claramente se dá prioridade às instituições eclesiais sobre os organismos eclesiais (os “movimentos”, como são conhecidos mais comumente). No CMI, como instituição de grande importância no movimento ecumênico, sempre se viveu a tensão entre as instituições eclesiais e os movimentos. Todavia, não é segredo para ninguém que ao longo dos últimos anos os movimentos vêm contando cada vez menos na vida do CMI. Assim como as igrejas dão prioridade à sua vida institucional, o

Diante de uma conjuntura crítica, as igrejas fazem a opção pela ordem institucional. Isso traz conseqüências ao ecumenismo

Agência Folhas



Cardeal Ratzinger: há uma tendência clara em todo o mundo em favor da concentração de poder na Igreja Católica e da homogeneização cultural

Conselho Mundial de Igrejas segue a mesma orientação.

Não é de estranhar, portanto, que programas que tentaram dar um testemunho de radicalidade evangélica, como o de Combate ao Racismo (PCR), ou o de uma igreja solidária com os pobres (da Comissão da Participação de Igrejas no Desenvolvimento), ou os de Missão Industrial Urbana e Rural (Misur), ou de promoção de Direitos Humanos, que deram a tônica da ação do CMI entre 1968 e 1983, tenham perdido impacto. As grandes instituições sentiram os riscos que significava o embarque por essas vias proféticas. Quando a conjuntura é crítica, as instituições dão preferência à ordem institucional. E isto traz consequências para os organismos que compõem e animam o movimento ecumênico. A racionalidade burocrática prevalece, então, sobre o carisma profético.

Outra face da moeda — Toda crise é bifronte: ao mesmo tempo que significa um juízo, abre novas possibilidades de vida. Há processos históricos que se encerram: as forças que os geraram deram de si tudo o que podiam, até esgotar-se ou aniquilar-se. Este é o lado negativo de qualquer situação de crise. Não obstante, o desaparecimento ou a diminuição de importância de um dos elementos que gravitavam sobre a realidade convoca à reformulação desta. Isto ocorre através de processos mais ou menos prolongados: surgem reestruturações, irrompem novos agentes sociais, manifestam-se outras dinâmicas históricas. Enfim: há novas oportunidades que, se bem aproveitadas, irão ser fonte de nova vida, de novos tempos.

Isto é o que percebem aqueles que, embora militando nas instituições eclesiais, não dão prioridade ao institucional mas à missão que tais instituições são chamadas a cumprir. Trata-se, nem mais nem menos, de participar da missão de Deus: *missio ecclesiae = missio Dei*! Deus não pode ser limitado às estruturas institucionais, pois, assim como não habita em casas feitas por mãos humanas (At 7,48), tampouco pode ser contido por organizações humanas. Deus, que é quem é (Êx 3,14: o nome de Deus é "Eu Sou o que Sou"), se faz presente nos processos histó-



Próximas dos movimentos populares, as CEBs e as pastorais possuem uma vasta dimensão ecumênica, abertas ao diálogo e à ação conjunta com outros segmentos sociais

ricos. Ser-lhe fiel é acompanhá-lo através dos mesmos, testemunhando sua presença e buscando cumprir sua vontade em meio aos riscos e vicissitudes da vida cotidiana, quer esta ocorra em situações favoráveis, quer em contextos de crise.

Surpreendentemente, o desenvolvimento da missão de Deus hoje assinala coisas que nos assombram. Por um lado, se algo existe que caracterize a crise de nosso tempo, é a caducidade de formas de administração autoritárias da vida social: os seres humanos no Sul e no Norte, no Leste e no Oeste, por todo o mundo habitado (*oikoumene*) buscam plasmar formas significativas de participação democrática. Este é um dos elementos significativos e promissores da crise de nosso tempo. Despercebido, ou indevidamente considerado pelos que dedicam sua maior atenção à preservação das instituições, é, ao contrário, altamente valorizado pelos que anseiam ser colaboradores de Deus em sua missão (2 Co 6,1). Como "cooperadores com Deus" que pretendem ser, se empenham para que a oportunidade ("graça") de Deus do tempo presente não seja desperdiçada, não se torne inútil.

Esta face da moeda, sem desprezar o institucional, dá especial valor ao ser eclesial, à vida da igreja como missão, como movimento, como caminhada. Por isso, aqueles que olham a realidade por este lado dis-

cem com esperança os sinais dos tempos. É certo que há evidências de que "o reino de Deus é tomado por esforço", que sofre violência (Mt 11,12), pois os justos e os fracos são vítimas dos poderosos e arrogantes. Não obstante, a busca da justiça, da liberdade e da paz por parte de vastos setores populares é evidente. Podem errar nos caminhos que a elas conduzem, mas a vontade de alcançá-las é inequívoca. Assim se constrói o novo ser humano, objetivo da missão de Deus (Rm 8,5-11; Cl 3,8-15). É significativo que, para Paulo, esta meta incluía homens e mulheres de toda a *oikoumene*, assim como para Jesus o reino esteja próximo para todos aqueles que são excluídos e sacrificados pelos que administram os poderes deste mundo. Esforçar-se por plasmar este objetivo requer correr riscos que surgem à medida que se apresentem desafios inerentes à participação em processos históricos.

Por exemplo, na América Latina parece primordial dar ênfase à importância crescente de novas formas

Nas pastorais, a prudência dos supervisores eclesiais cede lugar mais importante à ousadia de mártires e profetas

Para quem tem urgência de responder aos desafios, importa lançar-se ao caminho, mais do que construir estruturas

de ser igreja, como é o caso das comunidades eclesiais de base e diversas pastorais especializadas: pastoral da terra, pastoral do menor, pastoral indigenista, pastoral que se desenvolve procurando acompanhar os movimentos negros, pastoral operária etc. Há nelas algumas coisas que merecem ser sublinhadas: primeiro, são espaços onde os leigos podem dar expressão aos carismas que receberam. Segundo, em algumas delas a contribuição das mulheres é muito significativa. Terceiro, mediante as práticas que levam a termo, há uma presença eclesial evidente nos processos

Na América Latina é primordial dar ênfase a novas formas de ser igreja, como é o caso das CEBs e das diversas pastorais

históricos: a prudência dos administradores e supervisores eclesiais cede o lugar mais importante à ousadia dos mártires e profetas. Quarto, em virtude de sua proximidade aos movimentos populares, possuem uma clara dimensão ecumênica, abertas ao diálogo e à ação conjunta com outros segmentos sociais. Praticam um ecumenismo amplo, que não se limita apenas às relações que podem estabelecer-se entre as confissões cristãs.

Tensões e impulsos — Há quem experimente perplexidade e angústia quando, no seio dos corpos eclesiais e das comunidades cristãs, se manifestam tensões entre aqueles que dão prioridade à vida institucional e os que, ao contrário, enfatizam a importância de participar na missão de Deus. Trata-se, contudo, de situações que pertencem à realidade da vida, da qual as igrejas não se podem subtrair.

Aqui é bom recordar que existiram conflitos nas comunidades cristãs, desde o tempo do Novo Testamento. Entretanto, também se deve precisar que essas tensões não foram superadas enfatizando-se a introversão das energias eclesiais mas, sim, permitindo que estas dessem novos im-

pulsos à missão da Igreja. Tal foi o caminho seguido, quando se levantou o problema da diferenciação que estava ocorrendo na comunidade de Jerusalém entre viúvas judias e viúvas de prosélitos: a solução (inclusiva, aberta à realidade da *oikoumene*) deu antes prioridade ao impulso missionário que à salvaguarda institucional.

É evidente que, em nosso tempo de crise, a necessidade de proteger as instituições tem levado a maioria dos responsáveis pelas administrações eclesiais a exacerbar as atitudes prudentes e cautelosas. Isto traz consequências no plano da vida interna das igrejas, como também no das relações intereclesiais. No primeiro nível, se percebe uma tendência conservadora que prevalece e que, em virtude de seu impulso natural, inibe riscos e atitudes renovadoras que caracterizam os setores mais dispostos a seguir por caminhos proféticos, impelidos, a seu turno, pela necessidade de serem fiéis à missão de Deus. Isto, por sua vez, repercute sobre o segundo plano: as igrejas têm consciência de participar do movimento ecumênico. Fazem-no, porém, cuidadosa e cautelosamente. Ou seja, o freio se aplica sistematicamente ante o impulso que tenta chegar à unidade do povo de Deus.

Tal postura não satisfaz aos que experimentam a urgência de responder aos desafios de nosso tempo. Para eles, o importante não é construir estruturas, mas lançar-se ao caminho. Recordam os versos de Antonio Machado, para quem,

*"Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Y al volver la vista atrás,
sólo se vé la senda
que no se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estelas en la mar"*.

Está claro que este impulso da substância espiritual ao movimento ecumênico, tal como o outro, caracteriza aqueles que dão prioridade às instituições. São duas faces da Igreja: uma olha para o futuro como promessa, enquanto a outra o faz com apreensão.

Murilo Santos/CEDI



Julio de Santa Ana, uruguaio, teólogo metodista, é secretário executivo do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep). Autor de vários livros, entre os quais *Ecumenismo e libertação* (Vozes)

CONFESSIONALISMO E ECUMENISMO

O movimento ecumênico tem procurado encontrar os caminhos da unidade por entre os tortuosos trilhos da diversidade

Antônio Gouvea Mendonça

No universo protestante, berço do movimento ecumênico, o impacto do conflito deflagrado pelo Concílio Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC) constituiu um grande desastre. Primeiro, por causa do seu reflexo na "tradição" da Reforma, vista como juízo de Deus para quebrar o "poderio herético" de Roma. O estilhaçamento da Igreja ocidental no século 16 foi comparado por muitos à implosão da Babel do mundo do Antigo Testamento. Segundo, se a Reforma foi um mal, foi um mal necessário. O medo de que a Babel retorne tem levado muita gente a preocupar-se exageradamente, não com

os princípios, mas com as consequências da Reforma. Uma coisa puxa outra, e, por esse motivo, não foi difícil a passagem histórica para os intentos atuais de reforço das instituições eclesiais, isto é, das denominações. É claro que esta tendência tem também outros componentes, mas as reações ao movimento ecumênico têm, sem dúvida, ajudado a reforçar o denominacionalismo sobre a compreensão errônea do espírito do próprio movimento ecumênico. Some-se a isto a tendência sectária que tem persistido ao longo da história da Igreja Cristã. Essa tendência sectária encontrou forte defensor no

movimento de Carl McIntire, fundador de CIIC, e tem achado guarida nos interesses de poder no interior das igrejas, no caso, as denominações.

Mas é importante que se tenha idéia clara a respeito do que seja uma denominação. A denominação identifica-se com igreja na medida em que assume uma identidade, seja local, regional ou nacional. A denominação, ou igreja, não é necessariamente equivalente à confissão. Esta é mais ampla do que aquela e, geralmente, tem raízes na Reforma ou pós-Reforma. Deixando de lado as grandes tradições, como a Igreja Romana e as ortodoxas, a grosso modo podemos destacar, como conseqüentes da Reforma, três grandes confissões: a anglicana, a luterana e a reformada.

A Igreja Anglicana e todas as que estão ligadas à Comunhão Anglicana não deixam de pertencer à tradição da grande Igreja medieval, pois que dela conservam muitas características, mas a Lei dos 39 Artigos e o Livro de Oração Comum representam nelas forte traço confessional. Por isso, as colocamos nas listas das confissões. O luteranismo, como se sabe, tem sua base na Confissão de Augsburgo, no Pequeno Catecismo de Lutero e na Fórmula de Concórdia. Os reformados em geral, em virtude da sua grande diversificação já no período da Reforma, produziram maior número de confissões, entre elas a Confissão Escocesa, a Segunda Confissão Helvética e a Confissão de Westminster e respectivos catecismos. As confissões reformadas, produzidas em lugares e situações diferentes, guardam entre si as grandes linhas do calvinismo.

As confissões compõem os grandes troncos de onde procedem as denominações. Estas nem sempre são muito fiéis aos seus sistemas doutrinários fundantes que são as confissões, mas, regra geral, mantêm com elas uma relação de identidade, mais emocional do que teológica. Como diz Richard Niebuhr no seu estudo sobre as denominações (*The social sources of denominationalism*, 1929), são razões culturais, étnicas, sociais e econômicas que determinam o surgimento e desenvolvimento delas. O que liga as pessoas a esta ou àquela são os sentimentos, ideais e desejos comuns que identificam uma

Murilo Santos/CEDI



etnia, cultura ou classe social, e não as doutrinas cristalizadas num dado sistema simbólico de fé que caracteriza uma confissão. Richard Niebuhr, no livro citado, sustenta esta tese através da constatação de que, na história do desenvolvimento das denominações norte-americanas, com frequência o sentimento étnico dos imigrantes europeus superpunha-se à tradição eclesial. Assim, regra geral, alemães reformados juntavam-se a luteranos ao invés de se associarem a holandeses da mesma confissão. A etnia falava mais alto do que os sistemas de crença originais. As classes sociais, decorrentes do *status* econômico, têm sido responsáveis também pela formação de denominações que podem até manter fidelidade ao nome da sua tradição ou confissão de origem. Em sociedades em formação ou sujeitas a grandes e relativamente rápidas mudanças é comum

a formação de numerosas denominações que podem ou não manter fidelidade emocional a esta ou àquela tradição ou confissão.

Em suma, não é necessariamente uma confissão que identifica uma denominação, mas fatores externos às crenças. A denominação, representando, embora não no nível da consciência, grupos religiosos de uma mesma etnia, cultura ou classe social, tende a ser socialmente fechada a fim de preservar sua própria identidade, que é o sustentáculo da própria existência. Por isso, elas tendem a cultivar seus heróis fundadores mais do que àquelas personagens que deram à luz suas próprias confissões ou sistemas de fé.

Para a grande maioria dos membros de uma denominação não é importante o conhecimento das suas confissões ou sistemas doutrinários originais nem a consciência de pertencer a esta ou àquela grande família cristã. A tendência atual de releitura das motivações teóricas e práticas fundadoras das confissões, a que se ligam emocionalmente as denominações, parte de intelectuais que, temendo a perda de identidade de suas denominações, fragilmente sujeitas às flutuações sociais, como é o caso

brasileiro, tentam restabelecer laços mais sólidos com as origens que poderiam preservar de maneira menos débil essa mesma identidade. Todavia, ao que parece, esse esforço tem sido vão e continuará sendo. Está destinado a não passar de exercício intelectual e de fomento da erudição.

As motivações fundantes e respectivas teorizações, seja no produto teológico dos fundadores ou nas sistematizações (confissões) dos seus seguidores, já não ressoam nestes tempos. As motivações e as necessidades são outras. No entanto, a invocação das origens, seja através dos heróis fundadores imediatos da denominação, seja da respectiva confissão histórica, serve de instrumento de poder nas mãos daqueles que, no interior das denominações, manejam as instâncias políticas. Assim, eles estão sempre prontos a sustentar os que são capazes de fazer, com fidelidade às mesmas origens e ao ponto de vista da denominação, a releitura dos textos dos fundadores (Lutero, Calvino, Wesley etc.). Ainda, podendo essas releituras serem feitas sob o espírito dogmático, isto é, sob o ponto de vista da busca da "nossa verdade" em relação ao "erro ou imperfeições dos outros", ou como aperfeiçoamento de instrumentos de poder interno com o objetivo de identificar a heterodoxia e punir os possíveis desviantes, elas se podem tornar ferramentas úteis para o reforço do denominacionalismo.

É necessário deixar claro, todavia, que o estudo dos grandes clássicos da teologia é fundamental. Ele não pode ser abandonado sob pena de se perder de vista o grande tesouro do cristianismo. Mas esse estudo tem de servir à boa e sã erudição teológica, tendo em vista o enriquecimento do presente pelo passado e não para instrumentalizar o poder no interior do denominacionalismo.

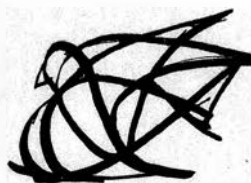
O movimento ecumênico, cujo início se deu com as missões modernas, isto é, em princípios do século 19, e ganhou extraordinário vigor em fins desse século e durante a maior parte do atual, surgiu do desconforto provocado pelo divisionismo cristão, principalmente do cristianismo protestante. Mas em nenhum momento entendeu-se que a solução do "magno problema", assim referido por Epaminondas Melo do Ama-

O movimento ecumênico surgiu do desconforto provocado pelo divisionismo cristão, principalmente do cristianismo protestante



Canberra avaliará caminhada

Periodicamente o Conselho Mundial de Igrejas se reúne em assembléia geral, para avaliar a caminhada do movimento ecumênico, debater a problemática da conjuntura mundial e decidir sobre as ênfases dos seus programas para os próximos oito anos. A próxima assembléia, em Canberra, na Austrália, deverá reunir, de 7 a 20 de fevereiro de 1991, cerca de 3.500 pessoas, dos quais mil delegados com direito a voto. O CMI tem 311 igrejas-membros, procedentes de mais de cem países, representando perto de 500 milhões de membros. A cada ano maior número de igre-



jas se filia ao Conselho, fato que comprova a consolidação e o significado do movimento ecumênico. A reunião de Canberra será uma das mais im-

portantes do ecumenismo na era moderna. O tema da 7ª Assembléia será *Vem Espírito Santo — renova toda a criação*. O tema geral será estudado através de quatro subtemas: *Doador da vida — mantém tua criação; Espírito da verdade — libera-nos; Espírito da unidade — reconcilia teu povo; Espírito Santo — transforma-nos e santifica-nos*. Antecedendo a assembléia haverá duas pré-assembléias, uma de jovens e outra de mulheres.

ral (*O magno problema*, 1934), um dos pioneiros do ecumenismo no Brasil, seria a união formal de todas as igrejas. A intenção era que, respeitadas as vocações singulares de cada confissão, sempre expressas denominacionalmente, se salientassem os princípios básicos do cristianismo e sua vocação essencial de unidade a fim de tornar possível a coerência da mensagem, do testemunho e da ação no mundo. As denominações, dadas as condições sociais que estão nas suas origens, assim como os sedimentos emocionais derivados da respectiva tradição, possuem um *etos* indefinível mas forte e que tem de ser levado em conta pelo movimento ecumênico, como de fato tem sido. Na realidade, o movimento ecumênico tem procurado encontrar os caminhos da unidade por entre os tortuosos trilhos da diversidade.

Uma das características importantes do protestantismo, talvez mesmo a principal, é o individualismo. O individualismo, tendo como base a reflexão e a iniciativa individuais e a idéia de que a sociedade só tem valor na medida em que favorece o desenvolvimento da personalidade individual, tem o pendor para preferir organizações mais limitadas onde a participação individual possa ser mais direta, o que é difícil de acontecer nas grandes organizações de nível nacional ou mundial. O individualismo busca acentuar a identidade face ao anonimato. Isso parece acontecer mais e mais com o protestantismo porque as pequenas denominações oferecem mais espaço para o exercício da individualidade. Por outro lado, a busca e o reforço da identidade do grupo ou denominação em relação aos "outros" ajuda também a identificação individual. Assim sendo, em países sujeitos a grandes e rápidas mudanças sociais como o Brasil, a tendência é o enfraquecimento das grandes denominações e o surgimento de denominações menores em que a auto-identificação denominacional e a fuga do anonimato sejam mais fáceis. Mesmo as denominações estruturalmente fortes e que sustentam aparência monolítica possuem ilhas isoladas de auto-suficiência indiferentes às grandes linhas denominacionais.

Esse espírito individualista e divisionista do protestantismo constitui

um dos grandes entraves do movimento ecumênico nas áreas do mundo sujeitas a grandes e rápidas mudanças sociais. As mudanças obrigam indivíduos e instituições a lutarem pela sobrevivência social, cuja arma principal é a manutenção da identidade. Isto desvia o interesse das pessoas e das instituições de interesses e objetivos mais amplos.

As denominações, por outro lado, possuem no seu interior centros de poder político que se sentem ameaçados diante de projetos de aproximação e colaboração com outros grupos. Quase todos os projetos têm fracassado porque uma das primeiras coisas a fazer para implementá-los é compartilhar parcelas de poder, o que raramente os "donos" estão dispostos a cumprir. No Brasil, vários projetos ecumênicos fracassaram por esse motivo, embora nem sempre ele esteja no nível da consciência. Os que conhecem a história do protestantismo no Brasil sabem o que aconteceu com o Seminário Unido (1918-1932) e com o projeto de união dos dois principais ramos do presbiterianismo brasileiro, vítimas do cisma de 1903. Este projeto surgiu ao ensejo das comemorações do centenário do presbiterianismo brasileiro, em 1959. Deu em nada e não é difícil imaginar o porquê.

Se o movimento ecumênico quiser recuperar o impulso de algumas décadas atrás e caminhar, no Brasil, através da quase impermeabilidade

Para recuperar o impulso de décadas atrás, o movimento ecumênico terá que reconhecer que seu principal estímulo tem que acontecer nas bases

do denominacionalismo, tem que reconhecer que o ecumenismo é, antes de tudo, um estado de espírito e o estímulo desse estado de espírito tem que acontecer nas bases, e, para isto, as instituições ecumênicas não-ecclesiásticas devem prosseguir seu trabalho e, se possível, fortalecê-lo cada vez mais. Esse estado de espírito tem que ser criado e estimulado fora dos centros de poder ou apesar deles. Mas o ecumenismo sustenta-se também na base da reflexão teológica independente. Para isso, é necessária, e com urgência, a criação de uma instituição teológica ecumênica de graduação, de reconhecido nível acadêmico e que possa impor-se, por essa razão, às diversas denominações, e oferecer-lhes líderes e pensadores capazes de superarem as barreiras denominacionais e provocarem a cooperação ecumênica em todos os setores da sociedade.

Antônio Gouvea Mendonça, teólogo, pastor da Igreja Presbiteriana Independente, professor do Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Bernardo (SP), e autor do livro *No celeste porvir* (Paulinas).

REDENÇÃO DO CARISMA REVOLUCIONÁRIO

*A formação de agentes de pastoral precisa
romper hoje com a tradição de “conscientização”
que a orientou nos últimos vinte anos*

Rafael Soares de Oliveira

Sob que referencial teórico caminhou a formação de agentes nos últimos vinte anos?

A entrada nos anos da ditadura feroz do AI-5 coincidiu, para os cristãos, com o encontro com o marxismo.

Eles, impulsionados na década de 60 pelos engajamentos políticos em nome da evolução da “consciência histórica”, viram-se desafiados a análises mais críticas da realidade. Mesmo em muitos casos de um economicismo reducionista, as teorizações saíram do nível da pura evolução dos valores da “consciência” para a observação das realidades materiais e de suas determinações.

A década seguinte foi de denúncia. As teorias esquemáticas e dualistas — ricos e pobres, fortes e fracos, topo e base da pirâmide, exploradores e explorados — eram mais que suficientes para despertar engajamentos e organizar visões do mundo. À unidade das esquerdas, incluindo a pastoral popular neste campo, correspondia uma unidade teórica simplificada.

Herdeiros das bandeiras da “conscientização” da educação popular de Paulo Freire desde os anos 60, os projetos de formação na pastoral popular inseriram-se no contexto das análises denunciadoras.

No conjunto, alocava-se dentro do grande projeto de “conscientização” contra a ditadura.

Como em toda a História, às vezes a teoria se antecipa aos movimentos do real, outras ao contrário. Final

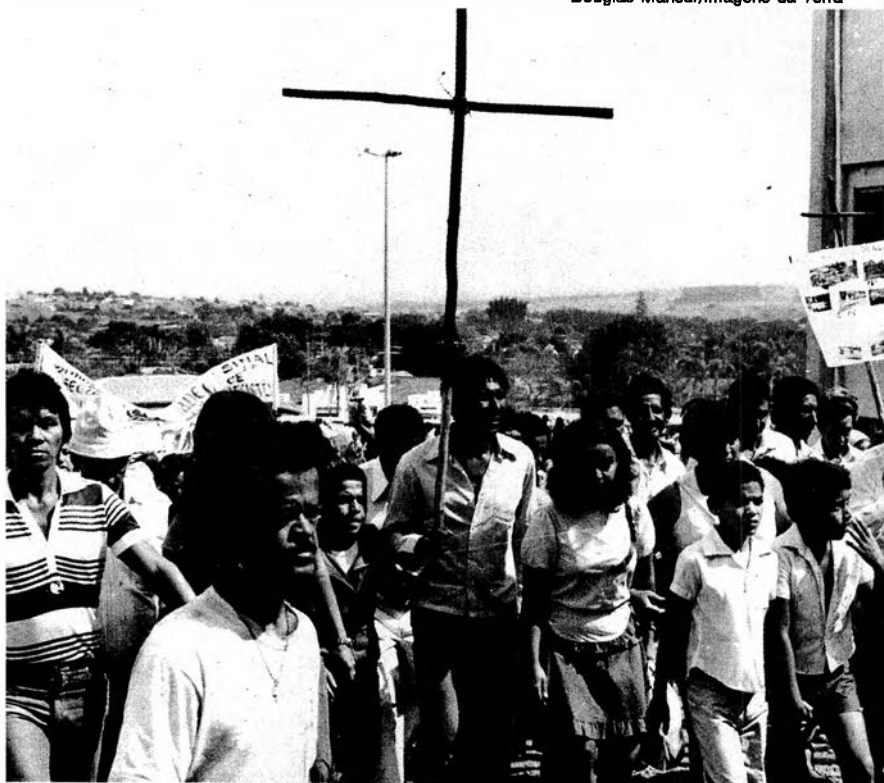
do decênio de 70, aproxima-se o fim da ditadura: anistia, democratização, década de 80... Entra como um vendaval modernizante do discurso mecanicista a determinação da política.

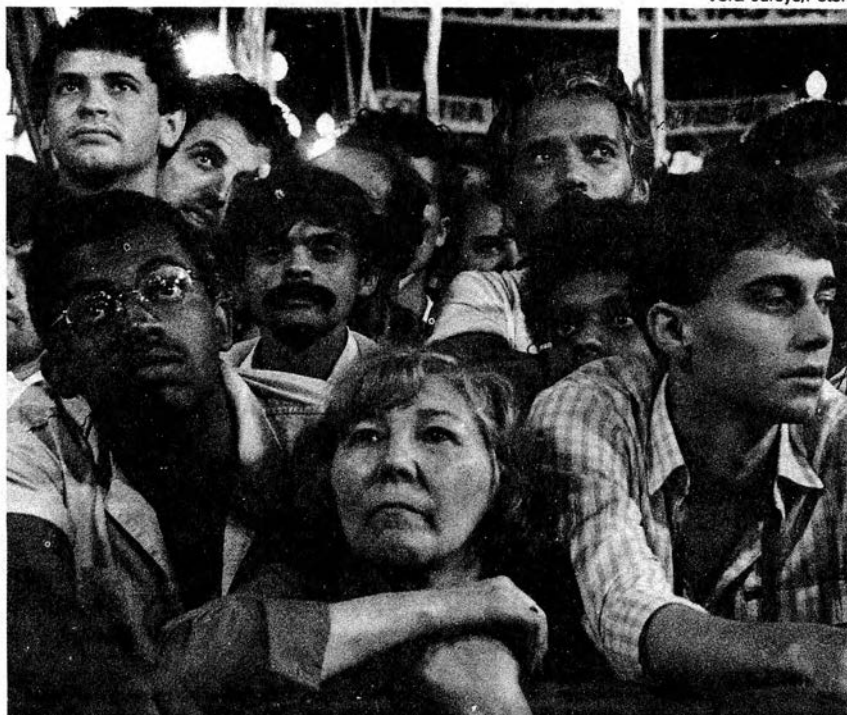
A esquerda se fraciona e aos cristãos não é mais possível o dualismo unificador: esquerda contra ditadura; pobres contra ricos. O embate ideológico se inicia, partidos começam a afirmar-se, clandestinos ou

não. A “conscientização” torna-se mais exigente: é preciso sair da denúncia para propor uma nova sociedade. Dá-se o encontro mais forte dos cristãos com a teoria política.

Em que consiste a teoria neste ponto de chegada? Hegemonicamente uma teoria política que se quer marxista. Hierarquiza as experiências de luta, os grupos formados, comunidades e lideranças. Isto a partir de níveis de engajamento em lutas corporativas (associações, sindicatos, movimentos) e em lutas políticas (partidos). Sem dúvida um certo marxismo confirma estes esquemas e, ainda, grupos “politizados” pressionam no sentido das propostas socialistas. Enfim: a hierarquização teórica na formação pastoral se inicia na melhoria das condições de sobrevivência e se finda na proposta de uma socie-

Douglas Mansur/Imagens da Terra





Inquietações teóricas e crises dos movimentos sociais pertencem ao momento histórico do presente

dade socialista. Este parece ter sido o clímax teórico da década de 80.

O início dos anos 90 foi marcado por reavaliações em todos os âmbitos. Ventos de crise, de redirecionamento, de mudanças vêm de todas as direções e nem sempre são bons. Marcados por uma eleição presidencial antagonista, ao final de um período em que pareciam adequar-se casualmente — hierarquia de “consciência” com hierarquia da “abertura gradual” — os referenciais teóricos da pastoral popular não ficaram impunes.

No ponto histórico atual encontram-se inquietações teóricas, crise do socialismo, crise dos movimentos sociais e crise dos cristãos e de suas referências. Perguntas feitas aos marxistas e por marxistas há algum tempo assumiram sentido histórico concreto e presente para os agentes e os formadores de agentes da pastoral:

— Ainda é possível a análise de classe?

— Sucumbiram os postulados da teoria política?

— O que se mantém da utopia socialista ou comunista?

As perguntas, estas e outras, não vão tão fundo que se acabe com as esperanças, mas são muitas.

Sem a pretensão de intuir um todo silencioso e sem brechas para opinar, para o debate, o momento parece esconder perguntas que não se explicitam, como:

— O que restou das teorias?

— O que ficou de fora e/ou impedido de entrar nas reflexões?

— Afinal, o que a história desses anos priorizou “pragmaticamente” na teoria?

Responder a elas não é um mergulho saudoso e cheio de culpas, mas, ao contrário, um desafio hermenêutico do real atual — “colorido descausado”, ecológico, “neoliberal” de “muros” derrubados etc.

Nostalgia: redenção do futuro

— A partir da ótica propiciada pelo CEDI, destacaria algumas “nostalgias” fecundas.

O sonho da revolução, a opção pela mudança, a busca de novas formas de organizar a sociedade, fascinaram os cristãos na confluência com os marxistas. A redução ao econômico e o exclusivo direcionamento para a eficácia política alienaram da revolução o caráter redentor da mu-

dança. As conjunturas não propiciaram sua afirmação anterior, mas hoje se recolocam as questões raciais, sexuais, morais e estéticas. O lúdico empurra o político para a esfera de sua competência. A democracia implica uma cultura democrática que questiona hierarquizações e padrões morais institucionalizados.

O marxismo, em seu debate teórico interno, desvinculou-se — não necessariamente no Brasil — das interpretações oficiais e da restrição à teoria política; abriu-se aos desafios históricos. Conceitos como *hegemonia*, que invadiam todos os campos do pensamento e representação do real, são progressivamente abandonados ou redefinidos. E o são em favor do pluralismo e de uma fidelidade à praxis humana em geral. Conferem, a todos os envolvidos com as transformações variadas do planeta e da história, igual, e, muitas vezes, mais sagaz capacidade de representação da realidade. Aos teólogos diz-se que é tempo de perder a “vergonha”: devolvendo ao seu discurso a capacidade de falar, em pé de igualdade com qualquer discurso, da vida e/ou da morte. E por esse rumo florescem também outros discursos: poéticos, científicos, desatinados, desde que capazes de se colocarem de acordo com o movimento da realidade, movimento este que nos muda simultaneamente a todos.

Não se trata, agora, de modo não coetâneo, de investir energias em esforços doutrinários ortodoxos por um lado ou em teorias políticas ultrapassadas por outro. A exigência para o futuro é de olhar para trás construindo a teoria do momento presente: pluralista, emotiva e de práticas políticas com intenção de longo prazo; sem objetivos “pragmáticos”.

Nesse sentido torna-se necessária uma certa “ruptura” da teoria (teologia) da pastoral com a tradição da “conscientização” dos últimos anos. É momento de investir nas “razões” da pastoral, para, de modo plural, redimir o carisma revolucionário do interior de uma história ainda curta, mas de muitas gentes, vidas e riscos.

Rafael Soares de Oliveira é integrante do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI

O sonho da revolução, a opção pela mudança, a busca de novas formas de organizar a sociedade fascinaram os cristãos na confluência com os marxistas

UM QUÊ DE SÁBADOMINGO EM PLENA QUARTA-FEIRA

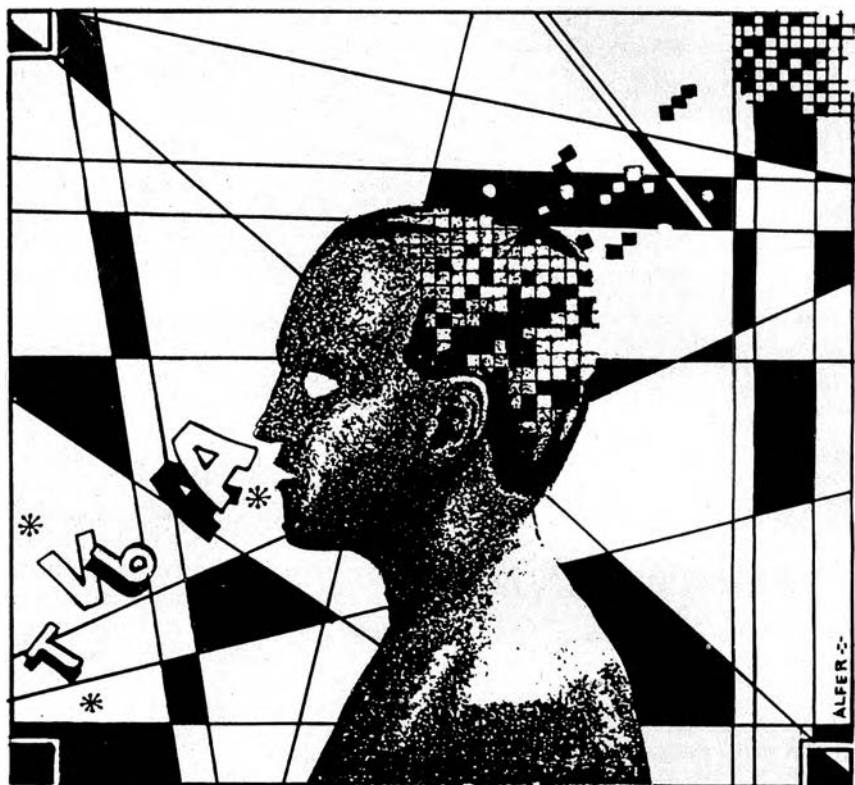
pro Caetano

*num cinzento crepúsculo
dessa quaresma,
passo por Pascal:
“o coração tem razões
que a própria razão
desconhece”.
ignorância e paixão.
sobram sombras
na semana santa.
e, abreviando o breu,
alvorada me alvoroça
com R. Alves:
“... é o corpo
que tem razões...”
prazo pro prazer.
ressurreição à vista*

José Lima

Formação de agentes de pastoral, em si, já é uma frase onde se pode perceber uma correspondência desejavelmente flexível: à primeira palavra (formação) comparece a noção de racionalidade e para a última (pastoral) concorre a idéia de subjetividade. Mediando os termos, eis o pivô do processo: o agente.

Quanto à racionalidade da formação, destaca-se seu caráter intencional. Formar, intervir, com fórmulas/ferramentas/recursos/razões, sobre algum material para alguma finalidade. No caso da formação de agentes de pastoral, a matéria não é prima no sentido rigoroso de natureza (*physis*). Essa matéria, porém, é prima, primeira-com-primazia, no aspec-



to histórico-simbólico (*meta-physis*): procura-se formar a matéria da cultura — o concreto agente co-operador de um *novo* céu e uma *nova* terra.

A formação — essa ação de dar forma — é um exercício de linguagem parcialmente racional no contexto das linguagens. O agente, enquanto formando, é objeto de uma racionalidade dotada de objetivos e métodos. Ao mesmo tempo (... porque nenhum agente conclui definitivamente esse exercício) será sujeito de uma outra transformação; será também protagonista do *novo*. Depois, a racionalidade será, ainda, uma faculdade a avaliar o efetivo (ou não) movimento rumo à superação da mesmice.

Na formação, ao se perseguir finalidades, quase nada é gratuito. Tudo caminha em função de algum projeto. É o reinado da tentativa lúcida.

Luzes de um saber que se supõe superior. Império dos planos... E sempre o que é plano se assemelha ao que é “chato”. Racionalidade é o espaço da disciplina. E, por isso, a formação acaba sendo um risco perigoso. (Razão do perigo? O perigo da razão!). É que se a racionalidade, sendo *um dos* momentos da formação, se absolutizar como única, a dialética da formação ficará prejudicada pela redução da dinâmica do exercício a um enquadramento condicionador deplorável e ridículo.

E precisamente porque a formação discutida aqui visa uma pastoral é que a racionalidade necessita dialogar com a subjetividade. A razão do sujeito não esgota o sujeito da razão. Esse sujeito — o *eu*, onde se hospeda a subjetividade — é melhor conhecido pela razão quando se sabe que também acolhe o mistério da angústia ou do êxtase. Trata-se de um saber corajoso e humilde.

(Todo conhecimento tem um sujeito desse conhecer. E quando o objeto do conhecimento desse sujeito é a própria condição de sujeito/corpo que, além de pensar, sente e acredita, o ato de conhecer é, no mínimo, inferior e posterior ao agente conhecedor. O que vem depois não dá conta de toda uma anterioridade que sobra à sombra da luz do saber. Dessa anterioridade subjacente emerge e se lança a subjetividade).

A subjetividade é também esse sopro sapeca que balança as cordas de sustentação lógica, segundo variações de sutilezas que desafiam e desafinam a razão. A subjetividade convivia a razão para os (des)encantos de uma convivência onde até o acaso se faz fato para fé. É a tentação lúdica da reinação. Subjetividade é espaço da transgressão. É abertura para que se revelem os sonhos que atrairão e seduzirão objetivos e métodos contra um corpo-de-razões (a ordem da antívida) que nega as razões-do-corpo.

Também é *lógico* que, na subjetividade crítica, a individualidade não se confunde com o individualismo subjetivista. A linguagem que informa o *eu* decorre de um *nós* que, por sua vez, só existe em relação a uma sequência de *eles*. Do *eles* para o *eu* há um conjunto de coisas-e-casos irreversíveis e possibilitadores de efeitos. Todo *eu* já é, portanto, produto de uma formação.

Por outro lado, dialeticamente, a subjetividade (que é coletiva no indivíduo, que é social no pessoal) participa da aposta para a criação do *no-vo* de um modo específico no âmbito da pastoral. Sendo uma crença que entusiasma, uma força que dinamiza a racionalidade, a subjetividade na pastoral (desde a formação e enquanto ação) é um momento privilegiado da metáfora. Quando a razão se volta com simpatia para aquilo que lhe foge ao domínio, isto é,

quando a razão procura acreditar/sentir aquilo que não consegue saber (... mas que tem um quê de sabor), acontece da razão se encontrar com a emoção. Há, assim, uma transferência de significado que ilumina o sentido através da sensação/imaginação. E essa metáfora, essa transferência, ainda que resulte do acúmulo de pensamentos, por ser emoção vale mais por aquilo que, a despeito de qualquer acúmulo, acontece no instante transitório, fugidio e luminoso. Emoção é *falsca*, é subjetividade eletrizando todo o corpo.

Toda pastoral é um modo metafórico de intervir na história. Pastoral é uma transferência de significado: para uma conquista física do pão inventa-se uma entre-vista (razão/emoção) metafísica pela palavra. Pastoral: palavra que anima a ação.

A metáfora é uma linguagem em desvio, no desvão da racionalidade inequívoca/unívoca onde a subjetividade amplia o alcance e a nuance plurívoca da verdade. Parece que Jesus era mestre nessas artimanhas da comunicação. Suas parábolas podem indicar essa faceta da atividade pastoral. Nas suas metáforas, de uma constatação lógica como, por exemplo, a firmeza de Pedro, passa-se para uma compreensão simbólica: “Pedro, tu és pedra” — expressão que, ainda, contém um certo sabor/humor em virtude do trocadilho que faz vibrar a etimologia comum de Pedro/pedra. Nisso tudo observa-se, pelo menos, que a intersecção racionalidade/subjetividade no trabalho pastoral marca a presença do estético-poético.

Assim sendo, na formação do agente de pastoral, tão imprescindível quanto uma análise de conjuntura político-econômica é a degustação do estético... encontrável, dentre outros, num compositor como Caetano Veloso — profeta que, pelos descaminhos do despoder, tem apascentado a *lágrimage* de toda uma geração de nossa cultura brasileira.

Enfatizando um pouco mais a dimensão estética, é nela que a animação da pastoral se realiza de maneira mais íntegra e integrada enquanto racionalidade/subjetividade. Por isso, o belo se torna a essência/aparência da pastoral litúrgica e o surpreendente/contundente da pastoral profética. Se não houver beleza nos cânticos, nas preces, no silêncio, no



O belo se torna a essência/aparência da pastoral litúrgica e o surpreendente/contundente da pastoral profética

processional, na denúncia, no anúncio etc. não há como o corpo batizar tais exercícios racionais/emocionais de experiências pastorais.

A função estética da linguagem é um elemento que caracteriza e distingue o ser humano dos demais, podendo, inclusive, ser o estético a mediação para o sentido da vida/morte do corpo. Daí a pertinência da questão estética na formação do agente de pastoral. A pastoral deve estar, enquanto interessada com o sentido da vida/morte, muito mais próxima do estético do que poderiam estar os sindicatos e os partidos. Sem ser uma instância das organizações do econômico e do político, a pastoral é um instante do/para/no organismo do corpo, via linguagem estético-cultural. O agente de pastoral é aquele corpo que ressuscita o *quê* de gente em si mesmo e nos outros.

Portanto, a formação (sistematizadora da racionalidade) do agente (que promove a qualidade-gente) de pastoral (ao sublinhar a subjetividade) é uma tensão que se equilibra, sempre de um jeito flexível, na dinâmica do corpo em seu fazer/crer/sentir. E o corpo... bem, ... o corpo tem arranhões que a própria cicatriz agradece!

José Lima, filósofo, é colaborador do Programa de Assessoria à Pastoral e professor da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).



OIKOUMENE

A BARCA DOS AMANTES

*De 1955 até agora, católicos e não-católicos
eskorregaram pelas categorias de
“inimigos”, “amigos”. Pode-se esperar que a
maturidade ecumênica, próxima do ano 2000,
nos mostre uma nova relação — a de “amantes”*

Paulo Cezar Loureiro Botas

“Nem servo, nem livre, nem judeu, nem negro, nem circunciso ou incircunciso mas Cristo é um em todos.” (Paulo aos cristãos da Galácia)

“Quem ri por último ri atrasado.”
(Millôr)

“Se a Igreja Católica não reagir, dentro de algum tempo as igrejas brasileiras estarão numa situação semelhante às da Europa. Só serão visitadas por turistas, com a desvantagem que as daqui não são monumentos artísticos.” (Frei Betto, a respeito das seitas evangélicas, *Veja*, 16/05/90, p. 48)

“Deus é Umor.” (Igreja da Salvação pela Graça, Curitiba)

res tanto comunistas como maçons e, sobretudo, protestantes. Estes últimos de inimigos foram nomeados “irmãos separados”. Estava iniciado, do ponto de vista católico, o “movimento ecumênico” na esperança de que todo o trabalho de aproximação poderia um dia, quem sabe, talvez, trazê-los de volta ao seio da Mãe. A catequese de aproximação, absolutamente inédita no Brasil, revolucionária sobre todos os pontos e vista e conduzida pelos elementos de ponta das igrejas, deu-se por meio das “semanas da oração pela unidade” e reunia várias denominações religiosas históricas. Quem sabe se o artifício das três ave-marias rezadas no final da missa pela conversão da Rússia (*sic*) não poderia ser o pontapé inicial da conversão dos “irmãos separados”, se afinal converte comunista...

Ironias à parte, o fato é que, no Brasil, e principalmente no eixo Rio-São Paulo-Curitiba, o “movimento ecumênico” se expandia numa atuação limite baseado na busca de unidade pela oração. A década de 60 foi pródiga de experiências, liturgias, cultos, mas comportou constrangimentos para certas definições “sacramentais” como batismo, eucaristia, casamento etc. O saldo mais positivo deste movimento de unidade pela oração é que não se pensa mais nenhuma formatura acadêmica que não tenha seu “culto ecumênico” reduzido aos limites religiosos do catolicismo, protestantismo histórico e do judaísmo.

Na década de 70, esta busca ainda de unidade, vai encontrar a sua atuação-limite não mais na oração mas na pastoral. Influenciada pelos ares renovadores das teologias da libertação, assumindo o papel supletivo do movimento social organizado mas atomizado pelo aparelho repressivo do Estado autoritário, cria-se o movimento ecumênico pelas bases, ou melhor, o ecumenismo de base. As formas organizacionais deste movimento encontraram nas comunidades eclesiais de base (modelo exclusivo da Igreja Católica na sua pastoral libertadora, num primeiro momento, e expressão da organização paroquial oficial da pastoral episcopal ainda católica — modelo *small is beautiful* — num segundo momento) o campo fértil para o desenvolvimento da catequese ecumênica da liber-

Pensar sobre os destinos da formação ecumênica é reavaliar nestes trinta anos o que foi o movimento ecumênico no Brasil. No Congresso Eucarístico de 1955 no Rio de Janeiro, os bispos católicos declaravam no seu documento que a Igreja devia enfrentar três inimigos na América Latina: o comunismo, a maçonaria e o protestantismo. Sem maiores explicitações, os inimigos eram colocados como unos e iguais aos olhos da Santa Madre contra os quais todo o esforço da pastoral devia-se concentrar. Seis anos depois, o papa João 23, ao abrir o Vaticano 2º, cria espaço para os observado-

*Nas praias ensolaradas
as cabeças feitas estavam com
insolação. Faltava o resto
do corpo com os componentes de
alegria, ternura e êxtase*

tação e de treinamento dos seus líderes pastorais para protestarem contra todas as formas de dominação política e social. Se inspirados, ou não, na expansão protestante das denominações, o fato é que o rescaldo final, nos meados de 80, foram várias organizações não-governamentais, vários centros de treinamento pastoral, vários cursos de formação de quadros que buscavam, “no bom sentido”, fazer a cabeça dos seus militantes. Visitadores ecumênicos da libertação ampliaram sua missão para terras da América Central e do leste europeu a fim de “dialogar” com as bases políticas por meio dos “condutores iluminados” do povo para o sol socialista, da liberdade em raios fúlgidos. Para os da base de cá, enxurradas de depoimentos, textos, artigos, vídeos, que apontavam para a escatologia quase realizada no lado de lá. De repente, não mais que de repente, o sonho acabou: Nicarágua *is over*, o Leste *is over* e a perplexidade *all the way*. Somente Cuba continua, por enquanto, *libre*.

Seduzidos pelo canto da sereia, nossos destemidos visitantes ecumênicos dos “mares nunca dantes navegados” não se deram conta de que a religiosidade emergente era extremamente conservadora nem que o *sorex* (socialismo realmente existente) passava por uma enorme crise democrática. Amarrados ao mastro como Ulysses, a barca da libertação serviu apenas como mediadora político-partidária em mares, perdão, em terras do além-mar.

*Na barca ecumênica
nos formamos a cada novo dia
e somos desafiados a
enfrentar as questões históricas
permanentes da humanidade*

Nas praias ensolaradas deste país tropical descobria-se que as cabeças feitas estavam com insolação. Falta-va o resto do corpo com tudo o que ele comportava de alegria, ternura e êxtase. O modelito estava *demodé*!

O desafio hoje, final de década e início de *fin de siècle*, é o de encontrar, na totalidade da formação ecumênica, uma barca que não busque mais a razão da sua unidade mas a afirmação da sua diversidade. Uma barca ecumênica onde a diversidade cultural seja o prisma da pluralidade apoiada na luta contra os preconceitos e o autoritarismo. Nesta barca, onde a unidade na diversidade está sempre em movimento, onde fulge a lucidez de que só a *vida* e a experiência histórica pessoal e coletiva podem ser absolutizadas. O mais é invenção e, na maioria das vezes, para burocratizar e acirrar os preconceitos de todas as ordens. Nesta barca não se tem um projeto único nem hegemônico mas tem-se a somatória de vários projetos numa troca permanente em que a festa coletiva é democrática: ela nos aponta as várias formas de se organizar para atingir o objetivo na co-responsabilidade e na divisão de tarefas e ações.

A barca de Noé era diversa e plural e só por isso enfrentou o dilúvio arrasador do preconceito, da ortodoxia, do autoritarismo. Não havia só girafa nem gafanhoto, mas, da andorinha ao hipopótamo, todos os diversos atravessavam na barca.

Oikoumene se transforma em *Koinonia* e nos aponta para o Mistério.

O amor, esta energia avassaladora que responde pelas nossas paixões tanto pessoais como políticas, é efêmero e fugaz e por isso mesmo é o que impele sempre a barca a novos tempos e novas bandeiras. É ele que derruba as nossas certezas definitivas nos lembrando sempre que “para sempre é sempre por um triz”.

A barca dos amantes nos coloca face a face com a questão da autonomia dos movimentos populares no seu projeto democrático, solidário, coletivo e de permanente tensão. Desafia para a necessidade de uma revisão profunda nos nossos conceitos de *missão* e *povo de Deus* que no Evangelho são mais os despossuídos e proscritos e não os que têm formas organizadas de poder como os

fariseus, saduceus e sacerdotes. Exige-nos uma revisão, no nosso moralismo, em relação à corporeidade e a sua vivência prazerosa — a encarnação real e afetiva da nossa capacidade de amar e dar prazer pelo amor —, não contemplada em nenhuma das nossas pretensas teologias progressistas.

A formação ecumênica do ano 2000 deve garantir programas de trabalho e espaços para o confronto das experiências e vivências culturais, dos que sofrem o preconceito e o autoritarismo das instituições sejam elas quais forem: sindicatos, partidos, igrejas, clubes, famílias, associações, corporações, seitas, denominações etc.

Há que garantir uma produção de apoio nas várias áreas das ciências humanas — psicologia, antropologia, sociologia, teologia, história etc. — para uma sustentação da luta ideológica desenvolvida pelos movimentos pluralistas e diversos dos deserdados e despossuídos aos quais pertence a terra e todas as suas denominações. Estes movimentos organizados atuam na luta ideológica trazendo à tona todos os preconceitos que habitam as organizações políticas tradicionais e eclesásticas atuais.

Esta barca, plural e diversa, onde nos formamos a cada novo dia e amanhecer, nos desafia a enfrentarmos as questões históricas permanentes da humanidade: a questão da democracia, a gestão do poder, a relação entre instituições e carisma e a luta contra o autoritarismo e o preconceito instalado na nossa vida privada e pública.

Esta *Koinonia* vivenciada na *Oikoumene* da pluralidade política e da diversidade cultural nos conduz ao Mistério de poder cantar em alto e bom som:

“e que cada parte do seu corpo
seja o meu porta-estandarte
plantado no-seu-mais-fundo
posso agitar-me no vento
e mostrar a cor ao mundo”

(Milton Nascimento, *A barca dos amantes*)

Paulo Cezar Loureiro Botas, colaborador do Programa de Assessoria à Pastoral do CE-DI, é chefe da assessoria cultural da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e autor do livro *A bênção de abril* (Vozes).

A BÍBLIA COMO REFERENCIAL DE AUTORIDADE

*Como Miquéias,
o latino-americano
busca na Bíblia
o referencial de
autoridade para
sua libertação*

Carlos Dreher

“Eu, porém, estou cheio de poder do Espírito de Javé, cheio de direito e de força, para declarar a Jacó a sua rebeldia e a Israel o seu pecado”. (Mq 3,8)

Miquéias não é profeta. Ao menos não é chamado assim ao longo do livro que leva seu nome. Em nenhum lugar, nem mesmo na memória que dele têm os anciãos da terra, um século mais tarde, conforme o registro em Jeremias 26,18, ele recebe tal título institucional. Não, decididamente Miquéias não faz parte daquele grupo de funcionários do culto, que recebem o nome de “profetas”.

“Profetas” são os outros, os seus inimigos. Aqueles que fazem errar o povo de Javé. São corruptos. Profetizam de acordo com os dentes e o estômago. Aos que lhes dão de comer, falam de paz. Aos que nada têm para lhes dar, apregoam guerra. Adivinham por dinheiro. Estão de conluio com sacerdotes e governantes. De comum acordo, apóiam-se em Javé para enganar, dominar e explorar o povo (Mq 3,5;11).

Miquéias é camponês. Vem de uma região periférica, fronteira ao território filisteu. É uma região ex-

propriada pelo centro. Campos e casas são arrebatados aos camponeses do lugar (2,1ss). Pessoas são deslocadas (2,9), esmagadas e pisoteadas (3,2s), têm seu sangue derramado no duro trabalho de construções no centro (3,10). Ninguém lhes respeita o direito (3,9). É em nome destes explorados da periferia que Miquéias ergue sua voz.

Há quem diga que Miquéias é um dos anciãos daquele campesinato sofrido. Seria um líder de seu grupo. Talvez um chefe de clã, alguém com voz ativa em meio a sua tribo. E, não obstante, de onde tira a autoridade para contestar tão duramente os cabeças do Estado de Judá? Quem lhe dá o direito para opor-se às lideranças religiosas de seu tempo, profetas e sacerdotes legalmente constituídos? E mais: com que direito e com que autoridade desmerece a inspiração de sacerdotes e profetas e se apropria do poder do Espírito de Javé, em nome do qual declara a estas lideranças sua rebeldia e seu pecado?

Quase contemporâneo seu, alguns anos antes, um outro camponês se arroga o mesmo direito. Trata-se de Amós, um outro homem proveniente da periferia, de um pequeno povoado próximo de Jerusalém, chamado Tecoa. E é até mesmo mais peri-

férico que Miquéias. Atua fora de seu país. Ergue a voz no reino vizinho, Israel. E nem mesmo se pode dizer que seja um ancião. Mais parece um bóia-fria. Sabe executar diversos trabalhos. É pastor de ovelhas (1,1), boiadeiro e riscador de sicômoros (7,14). E é bem provável que esteja no estrangeiro em decorrência de uma destas coisas que fazem um trabalhador peregrinar de lugar em lugar.

Chamado de vidente pelo sacerdote Amazias, titular do santuário real de Betel, Amós rejeita o designativo. Não é profeta, nem discípulo de profeta. E, não obstante, afirma categórico: “Javé me tirou de detrás da boiada, e me disse: vai, e profetiza ao meu povo Israel” (7,15). De onde tira este trabalhador a autoridade para contestar o sacerdote legalmente constituído? Como se arroga o direito de falar em nome de Javé, quanto mais diante da representação oficial da religião?

Poder-se-ia especular longamente acerca do processo e dos mecanismos de inspiração experimentados por Amós, por Miquéias e por tantos outros. Com certeza muito pouco seria alcançado em termos de resultados objetivamente satisfatórios. O Espírito sopra onde quer, poder-

Carlos Carvalho



se-ia afirmar teologicamente. E aí atua no camponês, no trabalhador, no filho do carpinteiro. Dificilmente, porém, a instituição religiosa admite esta liberdade do Espírito. Quer prendê-lo a todo custo, buscando tornar-se o único veículo de sua manifestação, mesmo quando corrompida e comprometida com a elite dominante.

Parece que Miquéias, Amós e tantos outros nada mais são do que pessoas de fé. Uma fé que se alimenta da memória religiosa mais antiga, e que medem a realidade, o Estado e a própria religião com o critério que esta memória lhes propõe. Afinal, não é Javé aquele Deus que ouve o clamor do seu povo? Não é Javé aquele Deus que promove uma luta ingente contra o faraó opressor? Não é Javé aquele Deus que liberta os hebreus escravizados?

Amós, Miquéias e tantos outros encontram na Palavra revelada na memória mais antiga o seu referencial de autoridade. De fora da instituição, evitando insistentemente serem identificados com seus representantes, mas fiéis à Palavra, interpretam a realidade. E percebem que a instituição religiosa, que se pretende guardiã da Palavra, e o estado monárquico, que se pretende representante e executor da Palavra, estão desautorizados, porque são infiéis à memória mais antiga.

Com certeza nem a instituição religiosa nem o estado monárquico conseguiram engolir Miquéias, Amós e tantos outros. E por todos os meios terão buscado desautorizá-los. A história, porém, lhes deu razão, e a comunidade de fé canonizou suas palavras.

No Novo Testamento o processo parece ter sido semelhante. Loucura e escândalo foram para as instituições da época a Palavra de que o crucificado era filho de Deus. E a autoridade dos que pregavam a Palavra da cruz certamente foi posta em dúvida e em descrédito, a não ser por aquelas comunidades periféricas que teimavam em crer no Evangelho.

O cânone foi-se fechando, visando delimitar e garantir a autoridade das Escrituras. Já bem cedo, distinguindo-se do judaísmo, os samaritanos se restringiram ao Pentateuco. Contra a heresia cristã, fechou-se o cânone judaico. A autoridade da Es-



critura estabelecia-se na definição dos livros normativos para a fé.

Os cristãos reapropriaram-se das escrituras judaicas. Viam no Deus do Antigo Testamento o Pai de Jesus Cristo. Sentiam-se na continuidade daquela tradição, e a consideravam igualmente normativa para si. Tiveram que delimitar-se contra outras heresias. E garantiram a autoridade das Sagradas Escrituras, fechando seu próprio cânone, no qual estabeleciam os livros normativos para si.

A par de alguma discussão em torno da extensão do Antigo Testamento, por ocasião da Reforma, a autoridade do cânone como portador da revelação, para a Igreja, é inconteste. Não há como definir o que seja Palavra de Deus sem recorrer à Bíblia. Isso é ponto pacífico, mesmo na diversidade de denominações cristãs. Todas elas buscam, a partir da Bíblia, a definição de sua espiritualidade, de sua vida de fé, de sua prática e de sua esperança.

E isso tem a ver com a América Latina. Pois, cristianizado, bem ou mal, o povo latino-americano assumiu essa fé em uma profunda religiosidade. Sofreu o cristianismo, absorveu-o, mesclando-o com outros elementos religiosos, deixou-se dominar pela forma em que lhe foi imposto. Agora, porém, o redescobre como esperança na resistência e na luta contra a dominação secular. E é também na Bíblia que vai buscar o referencial de autoridade para sua libertação.

Não há, pois, dúvida acerca da autoridade da Escritura. O que há é, sim, uma árdua luta pela sua interpretação.

Por um lado, essa luta ainda se dá em torno da questão da relação entre fé e política. Enquanto uns põem em dúvida a validade de tal relação, outros a têm como certa. Por outro lado, a luta se concentra na pergunta pela autoridade de quem interpreta a Palavra. Se, para uns, a interpretação compete à Igreja entendida como hierarquia — padres, pastores, bispos, conselhos —, para outros ela compete à Igreja entendida como povo de Deus.

O povo latino-americano, organizado em comunidades de base e em movimentos populares, resolveu estas questões do mesmo modo como Miquéias, Amós e tantos outros. Reapropriou-se das Escrituras. Redescobriu nelas o Deus libertador de escravos e o Deus crucificado. Reaprendeu a interpretar a realidade a partir de tais núcleos centrais da Escritura. Sentiu-se autorizado a interpretar a Escritura, porque se viu nela refletido. Viu-se nos escravos, viu-se nos camponeses, viu-se nos trabalhadores, no filho do carpinteiro. Todos eram tão iguais a ele, apesar da distância geográfica, cronológica e cultural. E viu que a fé não tinha só a ver com o espiritual. Afinal, liberdade e vida estão no centro da Escritura.

E, como Miquéias, Amós e tantos outros, sentiu-se autorizado a declarar a Jacó sua rebeldia e a Israel seu pecado. Há como contestá-lo?

Carlos Dreher é pastor luterano, teólogo e assessor do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (Cebi).

UMA LAMPARINA NA MADRUGADA (A BÍBLIA, SÍMBOLO DA CAMINHADA)

Há uma força animadora da luta e da esperança que tantos descobrem na leitura de um livro para além dos limites confessionais estreitos, um livro perturbador

Marcelo de Barros Souza

Há uns dez anos, num encontro da CPT no Ceará, Manoel, líder de uma comunidade rural de Cratêus, contou que foi acusado pela polícia de ter instigado seus companheiros lavradores a invadirem um armazém de depósito de grãos da Cobal. Ele contou que devia se apresentar na delegacia e tinha medo. "Nenhum dos companheiros podia ir comigo. Então, levei minha velha Bíblia, gasta de tantos encontros e riscada por muitas anotações. Era minha única força. A Bíblia na mão me dava coragem. O delegado perguntou quem eu era. Dei meu nome. Ele achou pouco. Quis saber meu nome de guerra. Eu nunca tinha ouvido falar em no-

me de guerra. Ele explicou que era uma espécie de apelido pelo qual no meio da luta o pessoal me identificava. Respondi que não tinha. Não acreditou e ficou insistindo. Chegou até a me chamar de mentiroso e dizer que minha Bíblia era comunista. Aí eu respondi que de fato eu não tinha ainda nome de guerra, mas a partir daquele momento ia ter. Com a Bíblia na mão, meu nome de guerra só podia ser Moisés" (Marcelo de Barros Souza, *A Bíblia e a luta pela terra*, Boletim da CPT, 1981).

Este testemunho tão sincero e profundo me faz lembrar aqueles tempos, não tão distantes, nos quais as comunidades cristãs populares enfren-

Douglas Mansur/Imagens da Terra

tavam riscos imensos para se organizarem e se encontrarem.

Em 1987 em Trindade (GO), um ano após o 6º encontro intereclesial, a arquidiocese de Goiânia fez um grande encontro das CEBs. Todos os que estavam lá com o arcebispo dom Antônio Ribeiro se surpreenderam quando líderes das primeiras comunidades rurais da região trouxeram até o palco do encontro os dois instrumentos que usaram para se encontrar: a Bíblia e uma velha arma de caçar passarinho. Sem nenhuma apologia da violência, nem da luta armada, aqueles velhos lavradores contaram a história da sua igreja de base com aqueles dois símbolos.

Em toda América Latina é muito comum que grupos e comunidades de base contem que entraram na caminhada da libertação movidos pela Palavra de Deus. Lida a partir da vida dos pobres, com a força da fé, a Bíblia tem entre nós uma força mobilizadora extraordinária. Pois é como um memorial desta energia revolucionária e como um sinal deste amor que os cristãos engajados têm à Palavra de Deus que as comunidades assumiram o próprio livro como um símbolo litúrgico da caminhada.

O livro, sinal litúrgico — Nos últimos 25 anos, muitas dioceses católicas passaram a celebrar o culto dominical com os chamados folhetos litúrgicos. Em muitos lugares ainda hoje são usados. Cada fiel, entrando na Igreja, recebe seu folheto. Nele estão impressos cânticos, diálogos, orações e leituras bíblicas do dia. Enquanto lá na frente alguém com o folheto nas mãos proclama o texto, todos o acompanham com sua leitura individual. A celebração se reduziu a um encontro de leitores e com tendência a uma excessiva verbalização intelectual.

As comunidades populares e grupos de CEBs começaram a romper



Dívida externa e narcotráfico

Declaração de Kingston

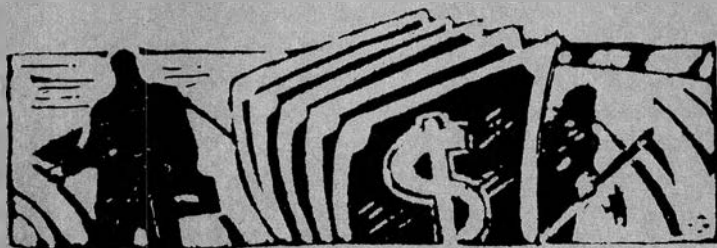


Documento do 2º Encontro de Bispos
e Pastores da América Latina e Caribe
Kingston, Jamaica, 4 a 9 de junho de 1990

*Conferência de Igrejas do Caribe
Conferência Episcopal das Antilhas
Conselho Latino-Americano de Igrejas
Conferência Episcopal do Equador
(Arquidiocese de Cuenca)*

DECLARAÇÃO DE KINGSTON

DÍVIDA EXTERNA E NARCOTRÁFICO



“Os aflitos e necessitados buscam águas, e não as há, e a sua língua se seca de sede; mas eu o Senhor os ouvirei, eu o Deus de Israel não os desamparei.” (Is 41,17)

1. Introdução

1. Bispos, pastores(as) e assessores do Caribe e América Latina, Estados Unidos, Canadá e Europa, reunidos pela fé comum no Senhor Jesus Cristo em Kingston (Jamaica), de 4 a 9 de junho de 1990 em seu 2º Encontro, desafiados pelo insuportável sofrimento dos mais pobres e aceitando a vocação profética da fé cristã, nos dirigimos aos irmãos(ãs) de nossas igrejas e ao povo latino-americano e caribenho, para compartilhar a experiência destes dias.

2. Este evento eclesial foi convocado pela Conferência de Igrejas do Caribe, Conferência Episcopal das Antilhas, Conselho Latino-Americano de Igrejas e Conferência Episcopal do Equador (Arquidiocese de Cuenca).

Hoje é o dia de Pentecostes. Guiados pela luz desse acontecimento, devemos sair da clausura de nossas estruturas mentais, abandonar os templos, e tornar-nos peregrinos no caminho a seguir, olhando por nossos povos e países do continente. Estar com Jesus, o Cristo, é dar testemunho do ressuscitado em meio à negação à vida de nossos irmãos pequeninos. Com esse espírito é que devemos construir um ecumenismo junto à cruz, como símbolo de encontro de todas as igrejas, a partir do clamor e sofrimento dos oprimidos.

3. No 1º Encontro, realizado em Cuenca em novembro de 1986, se reafirmou a validade deste espaço ecumênico de reflexão, oração e colocação em comum de angústias, desafios e esperanças. Nesse encontro se fez a seguinte declaração: “A situação de injustiça e exploração em que vivem as grandes majorias da América Latina e do Caribe é produzida por políticas que respondem a interesses imperialistas das grandes potências com a cumplicidade de grupos de poder nacionais. De maneira especial é hoje sentida esta situação no endividamento geral e crescente da América Latina e do Caribe”. O tema da dívida externa, então apontado, juntamente com o narcotráfico, foram os temas do presente encontro.

4. Nos últimos quatro anos, as condições da natureza e da vida de nosso povo têm sofrido não apenas uma deterioração, mas uma destruição sistemática e planejada no tocante à saúde, alimentação, habitação, trabalho, educação e segurança social; destruição que em quase todos os países da região vale com os chamados “reajustes estruturais”, traçados e impostos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, provocando um estado de desespero e angústia por não se vislumbrarem saídas que garantam uma vida digna de seres humanos.

5. A vivência compartilhada no encontro por irmãos(ãs) provenientes de diversas tradições cristãs teve como ponto de partida a experiência comum de compromisso com o povo e a constatação de que os desafios às igrejas provêm desse mesmo povo pobre e crente. Neste contexto eclesial temos vivido nestes dias a fraternidade em Cristo, alimentados pela Palavra de Deus e a reflexão bíblica.

6. Abordamos os temas do Encontro conscientes do confronto de duas lógicas para essa abordagem: a lógica do capital — que antepõe o dinheiro ao ser humano e, como novo ídolo, exige vidas e sangue humanos — e a lógica da vida, inspirada no Evangelho, que coloca a pessoa humana como valor supremo e nos leva ao respeito à natureza e à busca de uma nova ordem econômica alternativa, que garanta condições de vida digna.

7. Ante sinais de morte, como a deterioração das condições de vida da maioria de nosso povo e a transformação de cultivos tradicionais, produtores de vida, em indústrias de lucro com sua seqüela de opressão e morte, vemos aparecerem alguns sinais de esperanças:

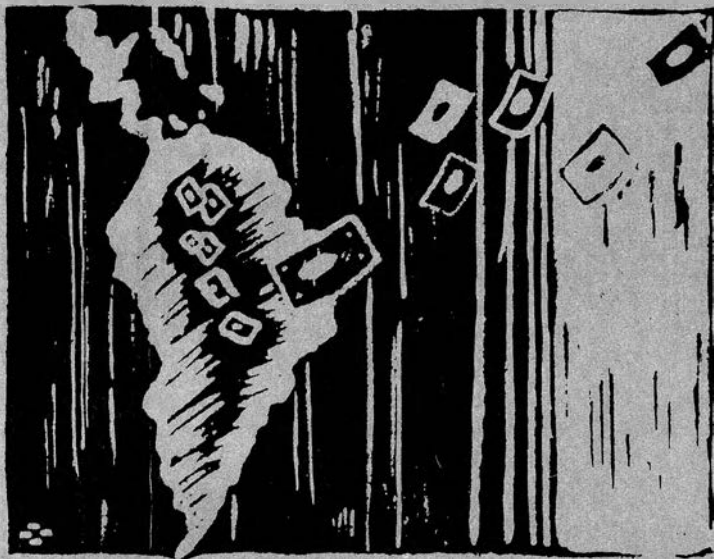
— Surgimento e fortalecimento de novos agentes sociais, tais como as organizações populares, as comunidades cristãs formadas pelos setores populares e comprometidos com eles, as nacionalidades étnicas, as organizações de mulheres e os movimentos ecologistas.

— O sentimento de unidade e a busca de maior integração nos países da América Latina e Caribe.

— Tentativas de construir, a partir do povo e com o povo, uma ética autêntica, que luta contra a exploração e a injustiça e afirma a vida.

— As vozes e as ações proféticas de muitos cristãos, comprometidos na elaboração de novas políticas mais efetivas e humanas.

— Criação de novos espaços de debate sobre estes problemas (como o presente encontro), que fortalecem o espírito ecumênico, possibilitam o nível de entendimento global e a conscientização do povo.



2. Visão da realidade (dívida externa e narcotráfico)

2.1. A dívida externa da América Latina e Caribe

8. Embora desde 1982 a América Latina e o Caribe honrem o máximo possível, com esforços e sacrifícios angustiosos, os acordos referentes à dívida externa, esta continua crescendo sem cessar. De fato, de 1982 a 1989 foram pagos aproximadamente 140 bilhões. Contudo, e ao mesmo tempo, a dívida externa aumentou em mais 140 bilhões, alcançando em fins de 1989 um total de 420 bilhões de dólares. Assim, por cada dólar pago aumentou mais um dólar de dívidas: isto se explica em razão dos juros não satisfeitos (mais ou menos 50%), que são agregados à quantia original, criando assim o crescimento progressivo da dívida total dentro de um automatismo inexorável.

9. O pagamento da dívida é *moralmente condenável*, porque está socavando cega e brutalmente o futuro da própria humanidade, ao incubar e provocar uma catástrofe que destrói os seres humanos e a própria natureza da América Latina e do Caribe. Vemos, portanto, com toda a evidência, que o pagamento da dívida é também questão ética, que não pode tomá-lo por base apenas em função de lucro, mas levando em conta o respeito à vida das pessoas e o futuro dos povos. Por isso, ousamos acrescentar e proclamar que a servidão da dívida é também política e socialmente irracional, e ameaça o próprio futuro dos credores.

10. O que acontece hoje é que o endividamento do terceiro mundo é a alavanca e o mecanismo principal de dominação para manter a "ordem econômica internacional" vigente: ordem injusta, que sustenta a atual dominação imperial. Sempre houve mecanismos centrais que sustentaram a dominação burguesa (ocupação colonial, investimento estrangeiro).

Na última década, o mecanismo chave passou a ser a dívida externa e sua cobrança, a tal ponto que delas depende em boa parte a afirmação do sistema imperialista de dominação.

O sistema de dominação e expansão está decidido a conti-

nuar em 1992 com a celebração da chegada de Colombo ao Caribe e o estabelecimento de uma Europa Unida. Nós condenamos esta celebração do início do colonialismo caribenho e animamos nossos povos a não se conformarem com a celebração do imperialismo. Além disso, precisamos educar nosso povo quanto às implicações de uma Europa Unida para os povos do Terceiro Mundo em seus próprios países e nos países metropolitanos.

11. Assim passamos, em resultado da submissão à dívida, de economia de desenvolvimento (décadas de 50 e 60) a *economias de pagamento da dívida*, desde 1982. Nesta situação, todos os objetivos da vida política oficial são submetidos ao objetivo único do pagamento da dívida externa: estrutura de produção, política econômica, financeira e social. E assim temos como resultado o abandono da política social ("dívida social"), nos campos vitais de saúde, educação etc. Desse modo, os créditos obtidos como "ajuda ao desenvolvimento" são resgatados agora mediante o sacrifício do desenvolvimento. O que significa isto? Que os países credores se escondem por trás da cobrança da dívida para impedir o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, na medida em que se poderiam tornar futuros competidores.

12. No sistema de livre mercado cifrado no capital, a obrigação de pagar as dívidas tem prioridade sobre as obrigações humanas essenciais. Daí serem estas tratadas como residuais ante a primazia de pagar. Trata-se simplesmente da lógica do sistema. Por outro lado, por serem dificilmente discerníveis os efeitos do pagamento da dívida pelos próprios afetados, que não o identificam como a raiz de seus sofrimentos, a ideologização se aproveita e chega mesmo a apresentá-lo como uma obrigação ética.

13. Trata-se, portanto, de uma *questão moral*. O que é a moralidade? Pagar a dívida, embora o sofrimento humano resultante desse pagamento seja maior que o que resulta de não pagá-la? Não pode haver senão uma única resposta: é mais ético e importante satisfazer as necessidades vitais do que cumprir um contrato. Aqui o pecado seria cumprir a norma, cumprir a lei. O pecado de que fala a mensagem cristã se comete cumprindo a lei contra o irmão. Ao matarem o próprio Jesus, estavam "cumprindo a lei". Ao cobrarem a dívida em nome de uma lei inquebrantável que destrói o ser humano e a natureza, os credores subvertem a esperança e produzem a desesperança em nossos países. Violam o espírito de Deus, que consiste na "antecipação do que teremos" (Rm 8,23).

14. A *manipulação da esperança* é o novo princípio dinâmico da dominação, que foi-se impondo nas últimas décadas ao contrário do que se exercia nas décadas de 50 e 60, que despertavam esperanças populares, interação econômica e social para todos, num horizonte de sonhos. Assim, a dominação pretendia ser como o caminho da realização desses sonhos. Mas isso se acabou: o sistema já não faz promessas mas, sim, destrói as promessas e trata de discutir a esperança. Descobre-se que a dominação tem um novo móvel, baseado na desesperança popular. Eis a grande conclusão: um povo que desespera já não tem

capacidade de luta e não poderá construir um projeto social alternativo. Portanto, deixará de enfrentar a dominação e a exploração. E, assim, o sistema de dominação se aproveita e chantageia para nos impor a sua alternativa como sendo a única e convencer-nos de que não há nenhuma outra. É a conclusão inumana que também se quer deduzir da crise atual do socialismo.

15. Há nos Evangelhos uma fonte e uma proposta de esperança que é antagônica a todas as forças da morte. Trata-se da esperança da vida, que condena toda sentença de morte. Este anúncio da vida defende a esperança, na qual se baseia toda dignidade humana. O sistema de submissão se defronta com o Evangelho, que põe em perigo a sua estabilidade. Apesar disso, e sem desconhecer os riscos, condenamos a cobrança da dívida e o seu pagamento, porque é simples condenação à morte de nossos povos e da natureza da América Latina e do Caribe.

Mas não é somente condenação: é também convocação a todas as pessoas de boa vontade e, especialmente, às igrejas e organizações populares. Somos convocados ao compromisso com a vida, na denúncia de todas as forças da morte presentes na cobrança ou pagamento da dívida.

Sem dúvida isto supõe perigos. O massacre dos jesuítas em São Salvador, a 16 de dezembro de 1989, no-lo demonstra com seriedade; mas também demonstra que, ante a dominação, vale a pena todo esforço por promover a esperança de nossos povos.



2.2 Narcotráfico

Economia e narcotráfico

16. Nos anos 80, dois fenômenos afetam de modo central os países latino-americanos e caribenhos: a dívida externa e o narcotráfico. Este último se apresenta de maneira gradual, partindo dos países andinos e difundindo-se pelo resto do continente, com base no aumento da demanda de drogas proveniente sobretudo dos Estados Unidos. Em um contexto de crise econômica e recessão, de transferência de recursos de nossos países

para o pagamento da dívida, o narcotráfico dinamiza perversamente as economias das nações envolvidas, gera e aprofunda uma grande quantidade de problemas sócio-econômicos e políticos de longo alcance.

17. Atualmente, nos Andes, mais de 1 milhão de pessoas se encontram diretamente relacionadas com a produção e processamento da cocaína. Os países caribenhos e outros países latino-americanos participam do processo como “pontes” pelas quais transita o produto para os Estados Unidos e Europa, em primeira instância. Também se integram aos circuitos econômicos e financeiros de lavagem de dólares, impregnando-se assim da problemática.

18. A maior parte dos recursos gerados pelo narcotráfico não retorna aos países produtores; pelo contrário, fica alimentando os sistemas financeiros dos países centrais: o caso da Jamaica com a maconha e o caso dos países andinos com a cocaína expressam esta assimetria permanente e constante em todos os âmbitos econômicos, legais ou ilegais. De bilhões de dólares que supõe o tráfico da maconha saindo da Jamaica, apenas retornam ao país 200 milhões; de 150 bilhões de dólares, que é a cifra mais baixa estimada para o tráfico da cocaína dos países andinos, retornam à região apenas de 8 a 10 bilhões de dólares.

19. Não obstante, e apesar da ambigüidade e contradição que isso implica, a presença desses recursos faz com que alguns de nossos países possam resistir melhor à crise econômica, porquanto geram empregos, integram divisas a economias sedentas de dólares e possibilitam investimentos em outras áreas produtivas; em resumo, amortecem, pelo menos transitariamente, a crise.

Sociedade e narcotráfico

20. O processo de tráfico e produção de drogas permitiu a constituição de um setor do campesinato de nossos países que sobrevive do cultivo de coca ou maconha e, ultimamente, da papoula. Por outro lado, têm surgido tendências ao consumo interno, o que possibilita o aparecimento de pequenos traficantes que, em um contexto de crise, realizam essa atividade como estratégia de sobrevivência. A desorganização dos núcleos familiares em condições de amontoamento nas cidades, as extremas injustiças sociais que vivemos, contribuem para o desenvolvimento dessas tendências.

21. Por outro lado, no outro extremo, têm surgido empresários da droga, uma “narcoburguesia” que acumulou poder, recursos e propriedades, distorcendo ainda mais os processos sociais: novos setores opulentos que, como vimos no caso da Colômbia, têm provocado graves retrocessos sociais e políticos: a chamada “contra-reforma agrária”, que levou ao crescimento da violência rural.

22. Crime em nível microsocial, corrupção estatal, atividades policiais extremadamente repressivas que violam os direitos humanos fundamentais têm sido algumas das conseqüências do anterior. É contudo no plano político que se manifesta mais claramente a crise provocada por essa atividade.

Política e narcotráfico

23. A resposta do Estado tem sido a repressão pura, o incremento do castigo e da violência sobre camponeses, pequenos traficantes e consumidores, quase sem tocar nos narcoempresários, com quem, inclusive, se aliou em alguns momentos para combater certos grupos de esquerda e organizações populares.

24. A implementação de uma legislação repressiva contra os agentes sociais mais fracos produziu o chamado “efeito bumerangue”: não se controlou o problema, pelo contrário, foi incrementado. Um problema da estrutura econômica, da pobreza e da injustiça social é tratado do ponto de vista policial-repressivo, atualmente com tendência inclusive à militarização.

25. Essa militarização do conflito justifica-se retoricamente porque o narcotráfico estabeleceu desafios centrais à estabilidade dos Estados, de um lado; e por causa de pressões norte-americanas, de outro. Contudo, o remédio parece pior que a doença, já que por esta via se restringem direitos humanos fundamentais, se possibilita o crescimento do autoritarismo e se desinstitucionaliza o Estado, além do que se induz a corrupção de certos setores das Forças Armadas, como o demonstram alguns casos. Tampouco os governos civis se livram de tais efeitos corruptores, como se vê na administração da justiça, nos partidos políticos e inclusive nas mais altas instâncias de governo: assim, conduzindo uma guerra contra setores crescentes da população, o Estado se deslegitima, as instituições políticas se corrompem e se incrementa a repressão.

Relações internacionais e narcotráfico

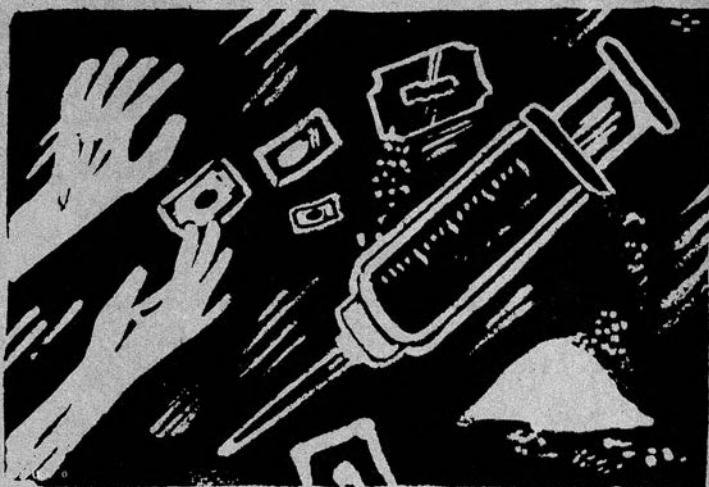
26. Todas essas políticas não partiram tanto de um diagnóstico latino-americano e caribenho do problema, mas antes se originam da aproximação dos Estados Unidos ao tema; por isso, os custos econômicos, sociais e políticos da guerra contra as drogas são pagos em nossos países.

27. As contradições na política dos EUA são evidentes: não se controla a lavagem de dólares nos bancos norte-americanos, nem o tráfico de elementos necessários para o refino do produto da droga e armas para os traficantes.

A política norte-americana, baseada em uma percepção ideológica da “segurança nacional”, violentou a soberania de nossos Estados, como já vimos na invasão do Panamá, incentivou a violência e militarização em nossas sociedades sob pretexto de combater o narcotráfico nos Andes e no Caribe, mas não nas ruas de Nova Iorque, Los Angeles ou Miami, originando insegurança social em nossos países.

28. Novamente assistimos à imposição unilateral de políticas e percepções, pelas quais um país determina aos outros o que eles devem fazer, sem levar em conta seus problemas e necessidades reais, que em nossos casos são o desenvolvimento, a dívida externa, o intercâmbio econômico e a resolução das injustiças sociais e da falta de participação democrática no poder.

29. Portanto, se exige um novo enfoque no qual o problema das drogas deve ser integrado e tratado conjuntamente com



os restantes. Devem-se buscar soluções que não estimulem a violência social e política, que não proponham isso como uma “guerra” cujo campo de batalha são nossos países, e que possibilitem ações multilaterais e combinadas; não imposições de um poder extra-regional hegemônico.

Considerações para nossas Igrejas

30. Para efetivar a proposta acima, é necessário que mudemos de percepção, que se desideologize o tema e que se recorra à cooperação de importantes agentes sociais, tais como as igrejas, para desativar a violência e possibilitar um tratamento justo a um problema que afeta milhões de latino-americanos e caribenhos. As igrejas podem ajudar para que se diferencie claramente o problema do narcotráfico do cultivo e emprego da folha de coca, que é tradicional entre camponeses da região andina e representa um serviço à saúde e à sua identidade cultural.

31. Neste sentido, as igrejas podem contribuir, junto com outros setores (acadêmicos, organizações populares etc.), para a mudança de uma perspectiva de guerra para outra de diálogo. A fim de possibilitar essa transformação, as igrejas devem realizar uma autocrítica, já que não desenvolveram uma reflexão profunda nem souberam interpretar e dar respostas evangélicas ao problema, resgatando o sentido cristão da vida ante a alienação resultante do problema das drogas e narcotráfico.

32. Não é por meio de batalhas militares e conflitos de baixa intensidade que se resolverá o problema das drogas; nem mediante uma retórica guerreirista e violenta que se avançará nesse sentido. Posto que o narcotráfico se torna possível graças à crise econômica e à pobreza crítica de amplos setores da população, sua resolução deve ligar-se a políticas de longo alcance nestes temas, nas quais a América Latina e o Caribe devem ter sua voz própria, por via do diálogo e do acordo. Não podemos pensar sequer em acabar com o narcotráfico se não enfocamos primeiro a transformação das estruturas injustas no plano econômico, social e político, a partir de um compromisso com os pobres, os humilhados e os ofendidos, as vítimas reais desta guerra contra as drogas.

3. Iluminação de fé

3.1. A idolatria, principal pecado das sociedades opulentas

33. A realidade descrita, porquanto implica exploração do ser humano, opressão dos pobres e dos fracos, desprezo da dignidade humana, injustiça e falta de solidariedade, é contrária ao plano de Deus. Na raiz de tudo isso está o egoísmo humano, que nega o irmão. Isto tem um nome à luz da fé: pecado. Podemos falar de um mistério de pecado, de um mistério de iniquidade. Estamos metidos dentro de uma situação de pecado tornada sistema, que procede de nós mesmos e se introduz em cada um devido ao egoísmo. O pecado é pessoal e social ao mesmo tempo, pois se manifesta também nas estruturas, criando uma atmosfera de pecado coletivo: encarnação das forças obscuras do mal (cf. Ef 6,12)

34. Na raiz de nosso sistema encontramos a idolatria como principal pecado: idolatria do ter, do poder e do prazer com grande seqüela de vítimas humanas. Pela idolatria, a pessoa fica subordinada às coisas. Estas se constituem em verdadeiros ídolos escravizadores, cujas principais vítimas são os pobres e os que lutam pela causa da justiça. “Não podeis servir a Deus e às riquezas”, disse Jesus em certa ocasião (Mt 6,24). Por sua vez, o apóstolo Paulo nos alerta dizendo que a cobiça é idolatria (cf. Cl 3,5). Do mesmo modo o poder que se impõe aos demais e viola seus direitos é uma forma de idolatria, assim como o consumismo desenfreado, que permite o esbanjamento a uma minoria de privilegiados, enquanto imensas multidões de pessoas não têm nem para satisfazer as suas necessidades básicas. O subdesenvolvimento de alguns povos e o superdesenvolvimento de outros, ambos inumanos, estão vinculados entre si e revelam uma situação de pecado devido à injustiça e à falta de solidariedade.

35. A ira de Deus se levanta contra os impérios que se erguem à custa dos demais países. “Uivai, pois está perto o dia do Senhor, vem do Todo-poderoso como assolação” (Is 13,6). Deus se põe do lado dos fracos: “O clamor dos filhos de Israel chegou até mim, e também vejo a opressão com que os egípcios os estão oprimindo” (Ex 3,9). A profecia do profeta Habacuque parece cumprir-se cabalmente na atualidade: “A violência contra o Líbano te cobrirá, e a destruição que fizeste dos animais ferozes te assombrará, por causa do sangue dos homens, e da violência contra a terra, contra a cidade, e contra todos os seus moradores” (3,17).

3.2. O Deus de Jesus Cristo, esperança e força dos pobres

36. Na obra redentora de Jesus, a libertação sempre é possível. Devemos afirmar com força a possibilidade e a confiança na libertação fundada na promessa divina, em virtude da qual a história presente não está fechada em si mesma, mas sim aberta ao Reino de Deus. Esta fé e esperança se baseiam no poder de Deus, que “escolheu as cousas loucas do mundo para envergonhar os sábios, e escolheu as cousas fracas do mundo para envergonhar as fortes” (1 Co 1,17).



37. A opção pelos pobres, feita por nossas igrejas, é expressão de fidelidade ao Senhor, que declarou bem-aventurados os pobres (cf. Lc 6,20), que entregou em primeiro lugar a estes o seu Evangelho (cf. Mt 11,5) e que nos julgará pela resposta que dermos às necessidades deles (cf. Mt 25,31-46).

38. Ao contrário da atitude egoísta e individualista do abuso da propriedade privada, como acontece no sistema capitalista, os primeiros cristãos consideravam comuns todos os bens que possuíam (cf. Hc 4,32-37). Este mesmo espírito se encontra atualmente em muitas comunidades cristãs e organizações populares que procuram cobrir as necessidades de subsistência praticando a ajuda mútua.

39. Nossa confiança no Senhor nos leva a não desanimar e a ser portadores de esperança, pois Ele nos acompanha até o fim dos tempos (cf. Mt 28,20). Ele prometeu nos dar o seu Espírito, que nos ilumina, conforta e anima; “Eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco o Espírito da verdade, que o mundo não pode receber porque não o vê nem o conhece; vós o conheceis, porque ele habita convosco e estará em vós” (Jo 14,16-17).

3.3. A defesa do dom da vida, base ética cristã

40. A dignidade de toda pessoa humana como imagem viva de Deus deve inspirar a atuação cristã no mundo. A consciência da filiação comum para com Deus e da irmandade de todos em Cristo confere à nossa visão do mundo um critério novo para interpretá-lo e para procurar caminhos de justiça e transformação social.

41. Do princípio anterior se deriva a exigência de criar uma ordem social e econômica na qual a pessoa humana seja princípio, fim e centro de toda a sociedade. Esta nova ordem deve, do mesmo modo, inspirar as relações entre os países, baseando-se em exigências éticas e nos princípios cristãos da justiça, da solidariedade e da fraternidade. As relações entre as pes-

soas e entre as nações devem fundamentar-se no serviço, e não no interesse de lucro ou ganhos exclusivos e excludentes.

42. A dívida impagável simboliza as dependências e as escravidões. Há um velho princípio que diz: "Ninguém é obrigado a fazer o impossível". Para pedir perdão a Deus por nossos pecados e ofensas, devemos estar prontos a perdoar a todos aqueles que nos devem (cf. Lc 11,4). À luz deste princípio do perdão e do amor de Deus, devemos encarar a solução de uma dívida externa insuportável e desumana. O que está em jogo, em primeiro lugar, não são as contas dos credores internacionais, mas a vida de milhões de pessoas que não podem suportar a permanente ameaça de medidas econômicas que acarretam desemprego, miséria e morte. Com isto se compromete a dignidade da pessoa humana, cuja defesa e promoção nos foram confiadas pelo criador.

43. Cristo, que não veio para suprimir a lei mas para dar-lhe sua forma definitiva (cf. Mt 5,17), instaura uma nova forma de justiça, baseada no respeito à pessoa humana acima de leis e mesmo de tradições religiosas: "O sábado foi estabelecido por causa do homem, e não o homem por causa do sábado" (Mc 2,27). Quando o cumprimento de uma norma, em si legítima, se faz à custa de vidas humanas, converte-se em fonte de pecado. Este é o caso do pagamento da dívida externa, que traz destruição e morte pela voracidade dos credores.

44. Dentro do princípio do respeito à vida devemos considerar o problema do narcotráfico, levando em conta não só a vida daqueles que se autodestróem pelo consumo desenfreado de drogas, mas também a daqueles que, para subsistir, têm que aceitar, malgrado seu, um trabalho envolvido em um tráfico ilícito e corrompido. Esta situação, resultado da crise atual, deve ser encarada reconhecendo-se o direito de toda pessoa humana a um trabalho digno e bem remunerado, e o direito de nossos povos de procurar e decidir as vias de solução para seus problemas, dentro de um espírito de diálogo, cooperação e solidariedade, e não pela via da imposição e da dominação estrangeira.

45. Os problemas da dívida externa e do narcotráfico, em nível internacional, não se limitam a problemas de ordem econômica ou política, mas têm também caráter ético; como tais, devem ser apresentados e resolvidos, pois supõem estruturas de pecado que põem em jogo vidas humanas. A fé exige de nós a conversão pessoal e o compromisso com a mudança de estruturas. Sem conversão pessoal, a mudança de estruturas termina dando lugar a novas formas de opressão e de alienação do ser humano.

Sem o compromisso com a mudança de estruturas, a conversão se desvanece num espiritualismo intimista e desencarnado.

4. Desafios e compromissos

46. Como conclusão do encontro, explicitamos os desafios principais que surgem dos temas tratados e formulamos nossos compromissos, esperando assim contribuir para a missão evangelizadora da Igreja no mundo.

4.1. Espiritualidade cristã

47. Os desafios apresentados nestes dias e o ambiente fraterno do Encontro nos levaram a reafirmar alguns dos pilares de nossa espiritualidade ou mística cristã, a qual fundamenta nossa contribuição para a transformação deste mundo na perspectiva totalizante do Reino de Deus.

48. Afirmamos a fé na ressurreição do Senhor Jesus, a qual sustenta a nossa esperança, garantindo a vitória final sobre todo tipo de ídolos e escravidões.

49. Assumimos a opção preferencial pelos pobres e marginalizados, reconhecendo seu papel de protagonistas no anúncio do Reino de Deus e na construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

50. Reconhecendo com toda a sinceridade os nossos erros, expressamos a necessidade de uma conversão profunda, que implica abandonar práticas de manipulação e mesmo de dominação, e viver o espírito do serviço próprio do Evangelho.

4.2. Denúncia e anúncio ante a realidade apresentada

51. Denunciamos a ideologia dominante tanto nos países desenvolvidos com subdesenvolvidos, que leva a aceitar as desigualdades existentes como base do desenvolvimento.

52. Denunciamos a dominação que estão exercendo em nossos países ao introduzirem o sistema de mercado livre, pois representa a lei do forte sobre o fraco, e manifestamos a necessidade de criar uma ordem econômica internacional alternativa, que tenha por prioridade a satisfação das necessidades básicas de todas as pessoas.

53. Condenamos certas declarações e práticas que, sob aparências de combate moral, na verdade atentam contra a identidade de nossos povos, pois têm o caráter de uma guerra que destrói vidas humanas e viola a soberania de nossos países.

54. Valorizamos a vida humana, especialmente das comuni-



dades pobres (camponesas, indígenas e setores suburbanos), e enfatizamos o valor de suas culturas e costumes, mal interpretados e até tratados como "bodes expiatórios" de excessos e desvios da cultura moderna.

55. Defendemos a vida em todas as suas expressões, não só a vida das pessoas e dos povos, como também o valor da natureza, que há de ser respeitada e preservada em benefício de todos os seres humanos.

56. Expressamos a nossa repulsa às políticas de certas organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e também às dos bancos privados, pois estão sendo geradoras da pobreza do Terceiro Mundo através do manejo dos créditos e exigência de cobrança da dívida, sem considerarem o direito prioritário à subsistência digna das pessoas e ao desenvolvimento dos povos.

57. No contexto dos povos andinos e de suas tradições, reconhecemos que os irmãos(as) indígenas têm direito ao cultivo da folha da coca, por julgarmos que esta prática é uma dádiva de Deus por meio da Pachamama (Mãe Terra) e fonte de saúde e vida para eles.

58. Denunciamos, portanto, todo propósito de considerar o consumo da folha de coca entre os indígenas como forma de escapismo ou desnaturalização da pessoa humana e, por conseguinte, a associação do problema do consumo e tráfico da cocaína com aquela prática para justificar a repressão como meio de manter o domínio sobre nossos países.

59. Em todos estes problemas descobrimos que continua existindo o diabo do racismo, que oprime e marginaliza as pessoas negras, indígenas e minorias migrantes, que são os que mais sofrem as consequências das políticas das organizações multilaterais e dos países poderosos.

60. Constatamos com pesar a situação da maioria das crianças da América Latina e do Caribe, principais vítimas dos problemas estudados, e fazemos um apelo em nome do Deus da vida para que sejam reconhecidos e respeitados os direitos das crianças a uma vida humana digna.



4.3. Apelo a nossas igrejas

61. Devemos trabalhar e refletir mais intensamente a partir da Palavra de Deus, resgatando o caráter utópico da esperança cristã como forma de superar a frustração e a desesperança de muitos irmãos(ãs) e também de nossos povos.

62. Como cristãos, reafirmamos a missão profética da Igreja, criando um novo pensamento e discurso teológico capaz de questionar as posturas, estruturas e ideologias dominantes e de

anunciar e promover um caminho de vida em solidariedade com os setores populares.

63. Nossas igrejas estão fazendo esforços muito sérios por viver a opção pelos pobres, assumindo muitos riscos; contudo, reconhecemos que frequentemente os mais pobres da América Latina e Caribe se encontram marginalizados do trabalho pastoral de nossas igrejas e não participam nelas. Do mesmo modo constatamos que, na prática, as nossas igrejas se tornam às vezes insensíveis às necessidades do povo e continuam mantendo atitudes impositivas e machistas.

64. Reconhecendo que as Igrejas não têm um papel hegemônico na construção de uma nova sociedade, apoiamos o papel das organizações populares e de outros grupos que se alinham na luta pela dignidade humana e pelas transformações sociais necessárias, estabelecendo com eles um diálogo permanente e fecundo.

65. Achamos necessária uma pastoral de solidariedade, de denúncia e de consolo para com todas as vítimas da dívida externa, do narcotráfico e do cultivo da coca.

66. Do mesmo modo, achamos necessário iniciar um processo de estudo e reflexão em torno dos temas do presente encontro; que não fique em nível de elites, mas que chegue a todos os membros de nossas comunidades. Serão incluídos no estudo os problemas da penalidade ou impunidade do uso das drogas, e outros problemas sociais e éticos que também exigem esclarecimento.

67. Devemos reafirmar e atualizar a doutrina cristã comum em torno da usura, ante o flagelo que significa a cobrança da atual dívida externa. E, coerentemente, denunciaremos a tentação de participar como igrejas na compra da dívida externa.

68. Reafirmamos, igualmente, a primazia da vida sobre a riqueza e a da justiça sobre os lucros, defendendo o direito dos pobres de participarem equitativamente da distribuição da riqueza.

69. Nossas igrejas devem pressionar as organizações multilaterais, os bancos privados e as pessoas de influência para que se vá criando uma ordem econômica internacional justa, que seja alternativa à atual.

70. Devemos assumir o nosso compromisso para a mudança em nossas igrejas, contribuindo assim para a transformação de nossas injustas e desumanas sociedades da América Latina e do Caribe.

71. De modo particular, devemos implementar um trabalho de educação, levando a informação requerida aos pastores (as), líderes e leigos(a) de nossas igrejas.

72. Finalmente, expressamos a importância do trabalho ecumênico e a necessidade de consolidá-lo a partir da opção pelos pobres e pela criação de uma Igreja unida em defesa do dom da vida. Nesta perspectiva, apoiamos os representantes de nossas igrejas que fizeram declarações proféticas, denunciando o problema da dívida externa.

73. Nós nos comprometemos a formar comissões ecumênicas, nacionais ou regionais, que estudem o tema das soluções político-econômico-sociais dos temas tratados.

com este esquema. Em geral os círculos bíblicos e grupos do Evangelho têm uma cultura mais oral e celebrativa. Muitas pessoas têm dificuldades de ler e a precariedade da iluminação nos locais de reunião não ajuda. Assim, estes grupos devolveram a Bíblia às celebrações da Igreja Católica e, pouco a pouco, contribuem com os irmãos e irmãs de outras igrejas propondo um livro único para a celebração. Nele alguém lê e todos escutam. Feliz o leitor e felizes os ouvintes das palavras desta profecia (Ap 1,3).

Desde os primeiros séculos os cristãos cercaram a Bíblia, ou lecionário litúrgico, com sinais especiais de amor e atenção. A Bíblia é posta numa estante especial. Nas igrejas orientais, o Evangelário fica aberto no meio do altar. Como um alimento forte a ser servido na mesa. Nas igrejas que costumam ter no altar a reserva eucarística, o costume litúrgico é que os ofícios sejam cantados num oratório diferente, onde se realça outra forma de comunhão: o pão da Palavra.

As liturgias tradicionais cercam o ato de proclamar a Palavra de Deus nas celebrações com diversos sinais. Todos ficam de pé para o Evangelho, ou outras leituras centrais do ofício. Em algumas celebrações, o ministro pede a bênção ao pastor para então anunciar a Palavra de Deus.

O Missal Romano contém uma oração sugerida para quem vai ler o Evangelho: "Purifica, Senhor, os meus lábios e o meu coração para que eu proclame fielmente o teu santo Evangelho". E depois da leitura, beijando o livro, o leitor diz: "Pelas palavras do Santo Evangelho, sejam perdoados os meus pecados". Toda a assembléia louva ao Senhor antes e no fim da leitura, dizendo: "Glória a Ti, Senhor".

Nas celebrações mais festivas o Evangelho é cantado entre dois círculos acesos e o livro, conduzido em procissão, é incensado.

Certamente alguns destes ritos tradicionais chocariam nossas comunidades populares. Na caminhada de base aprendemos que a Palavra de Deus se fez humana. Os grupos de Evangelho alimentam uma relação com a Bíblia de familiaridade e afeição despojada. Estes ritos antigos parecem, então, excessivamente formais e mostram a Palavra de Deus



com tal sacralidade que ela parece afastada da nossa vida real.

Entretanto, de tal maneira nossas comunidades gostam de orar através de gestos e símbolos que foram capazes de assumir alguns destes antigos gestos litúrgicos, inculturando-os totalmente ao contexto popular brasileiro.

Assim, sem nenhum artificialismo, nem formalismo, louvam a Palavra de Deus, honrando o livro na qual ela está escrita e é proclamada.

Faz parte deste novo rito popular brasileiro o acolhimento da Bíblia nos encontros de CEBs e romarias da caminhada. O livro é trazido numa procissão luminosa e em meio a aplausos e cânticos de aclamação.

Em vários encontros, na hora da proclamação do Evangelho a Bíblia passa de mãos em mãos em meio à grande assembléia, ou por cima das cabeças das pessoas, como sinal de que queremos andar sob sua orientação. Após a leitura, o livro é levantado e mostrado a todos, que o aplaudem e aclamam.

Em várias regiões do Brasil, os grupos de base estão usando uma forma de oração que une salmos, cânticos bíblicos, elementos da religião popular e algumas expressões da tradição litúrgica mais antiga. O livro *Ofício divino das comunidades* (Paulinas) consagra este costume e contém sugestões de gestos litúrgicos, como beijar o livro ou passá-lo de mão em mão.

A leitura da Bíblia tem uma força mobilizadora incrível, memorial da energia revolucionária

Da liturgia para a vida — O nosso povo não divide celebração e vida. O que faz na liturgia leva para a prática do dia-a-dia. Assim, o rito se torna rito de luta e não apenas rito litúrgico.

Há uns seis anos, no norte do Mato Grosso, um grupo de lavradores sem terra ocupou uma fazenda incultivada. Tudo foi planejado para uma madrugada escura e fria de julho.

Sem fazer barulho, para não chamar a atenção de estranhos, as famílias entraram na área levando à frente uma grande cruz de tronco de árvores e uma Bíblia. Rapidamente armaram alguns barracos. Sem fazer fogo. Assim que o primeiro estava firme, colocaram no meio do chão a Bíblia aberta e acenderam junto à Bíblia uma lamparina de querosene. Foi em volta daquela pequena luz que a comunidade fez sua primeira reunião no acampamento, enquanto esperava o clarear do dia e a notícia se espalhar. Parecia ali se realizar concretamente a imagem da carta de Pedro quando diz: "Vocês fazem bem em prestar atenção à palavra dos profetas. Ela é como uma

lampadazinha que brilha num lugar escuro, até que o dia clareie e o astro da manhã brilhe em vossos corações" (2 Pe 1,19s).

A sarça da aliança — Um dia, perguntei à comissão de coordenação de um destes acampamentos o que a Bíblia aberta em cada reunião representava para eles. Um dos líderes respondeu: "Ela lembra a presença e o compromisso de Deus com nossa caminhada". Uma mulher chegou a comparar: "Quando os filhos de Israel conquistaram a terra, sempre levavam consigo a arca da aliança de Javé". Depois soube que dona Judite, a mulher que dissera aquilo, é da Assembléia de Deus. Saí dali me perguntando se não coríamos o risco de ficar presos demais ao Antigo Testamento. A grande cruz plantada no meio dos barracos me respondeu que não.

Apesar das diferenças de sensibilidade religiosa entre católicos e evangélicos, as comunidades sempre ligam estes dois símbolos: Bíblia e cruz. Ligam a cruz de Jesus ao martírio, aos sofrimentos e às lutas das comunidades de hoje. Relacionam, na Bíblia, a história de Israel ao de-

safio de vivermos a fé no meio da luta. A Bíblia purifica a fé em Deus, concretizando-a na vivência da aliança com ele. Faz com que a fé deixe de ser uma crença vaga para ser uma comunhão viva no meio da luta. Por isso o Êxodo é sempre uma referência viva. A Bíblia se torna, para as nossas comunidades, como a sarça ardente a partir da qual o Senhor nos chama a assumir a missão de comunhão com os oprimidos e de apoio à sua libertação.

Num *midrash* judaico, o rabino Ha'han explicava: "O Senhor Deus se manifesta na sarça do espinheiro, porque Ele sofre quando os hebreus sofrem no Egito. Ele não se isenta da dor do seu povo".

O Deus da aliança, que no Êxodo se revelou na sarça ardente e nos deu as tábuas da lei, é o mesmo que se revela na cruz do seu Filho, Jesus de Nazaré, e na cruz da nossa missão hoje.

Síntese da fé — Através do uso da Bíblia, nossas comunidades têm conseguido viver a unidade destas diversas dimensões da fé, que antes na cultura religiosa popular parecia mais fragmentada. A Bíblia tem ajudado as comunidades a unirem de modo excelente o Antigo e Novo Testamento: a lei e a graça, a sarça e a cruz, o êxodo dos hebreus e a ressurreição do Senhor.

Procurando sempre ler a Palavra de Deus num estilo celebrativo, as

comunidades superam uma interpretação meramente secularizada do texto bíblico; destacam a atualidade da Palavra de Deus e unem assim a compreensão histórica do contexto bíblico com sua abertura pastoral.

Símbolo da unidade cristã

A caminhada popular reúne cristãos de diferentes igrejas motivados pelo projeto comum de transformação social. Assim se realiza um novo tipo de ecumenismo que dá um testemunho evangélico a todo o mundo. A leitura da Bíblia nas comunidades e movimentos populares não só aprofunda esse ecumenismo como influi nas igrejas, sensibilizando-as pela causa do povo e fazendo com que cristãos de uma confissão colaborem com a fé dos irmãos de outras igrejas.

Esse fenômeno faz com que o jeito de expressar a importância da Bíblia nos encontros e celebrações populares não seja mais o rito de uma igreja determinada, mas o resultado de um diálogo de costumes litúrgicos ou comunitários diferentes.

Uma fonte de esperança — Nestes tempos difíceis pelos quais passamos, o cansaço e o desânimo ameaçam nossa caminhada. É bom percebermos que exatamente neste momento se intensificam os pedidos e iniciativas para um aprofundamento bíblico nos grupos e comunidades. Sem abrir mão da análise sócio-política dos acontecimentos atuais e aceitando avaliar profundamente todo este processo que vivemos, as comunidades se voltam para a Palavra de Deus na Bíblia.

Tentam superar o esquema mais nocional e simplesmente ler e meditar a Escritura, revolvendo-a no coração, cantando-a nos salmos e celebrando-a nos gestos proféticos para que ela nos ajude a caminhar neste tempo de deserto, sem perder de vista a terra prometida e a anunciar no meio das opressões a libertação na qual crêem. E assim: "Estejam sempre prontos para responder a qualquer pessoa que pedir que expliquem a fé que vocês têm" (1 Pe 3,15s).

Marcelo de Barros Souza, beneditino, bibliista, é co-autor do livro *Teologia da terra* (Vozes).

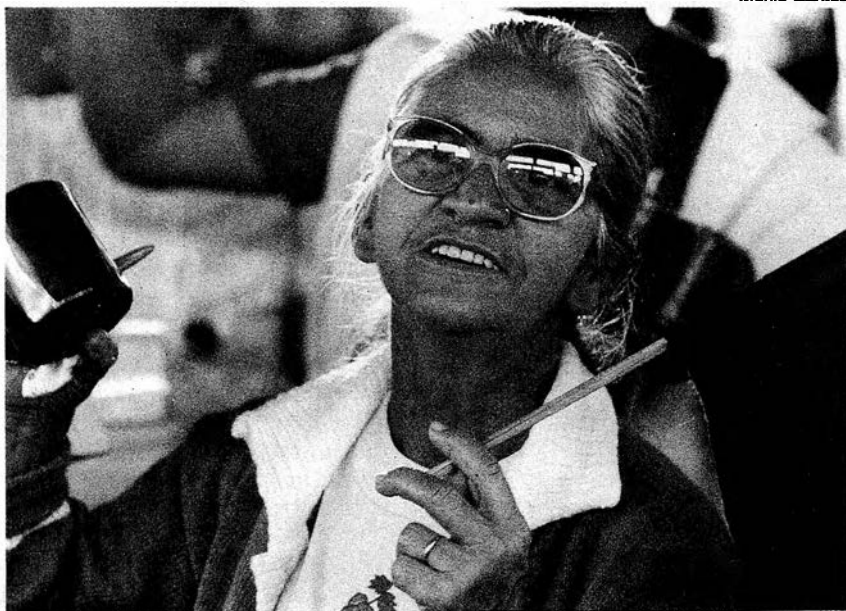
A Bíblia faz a fé deixar de ser uma crença vaga para tornar-se comunhão viva no meio da luta



MOVIMENTO BÍBLICO E PASTORAL

O que há de novo entre Bíblia e pastoral é que se está relendo a Escritura nas comunidades e em todos os níveis. Se essa leitura ainda não determina decisivamente esboços teológicos mais sistemáticos, está levando o povo a "ler" a realidade à luz da fé

Milton Schwantes



Murilo Santos

Carlos Carvalho



Um dinamismo surpreendente marca o movimento bíblico na América Latina. Em toda parte, se desenvolve e se desdobra o interesse pelo uso e pelo conhecimento da Escritura.

A questão que se coloca é como promover, animar, incentivar, aprofundar o novo jeito de se achegar à Escritura na América Latina. Certamente já foram dados passos decisivos nessa direção. Mas o desafio permanece. E precisará ser enfrentado com criatividade, pois tão somente estamos no início de um movimen-

to que, à sua frente, ainda vai ter muitos desdobramentos.

A nova leitura situa-se dentro das comunidades. Este é seu lugar vivencial. E isso é novo, porque os movimentos bíblicos e as inovações bíblicas que conhecemos nos últimos séculos não estavam acertados nas comunidades, mas preferencialmente nas academias teológicas ou entre os agentes de pastoral. Hoje, a força da Bíblia brota do âmbito dos leigos.

Mas o novo não está somente nesta característica comunitária de redescoberta bíblica. Igualmente tem a ver com as vinculações entre comunidade e movimento popular. Este é outro foco da "primavera" escriturística que floresce entre os nossos povos.

Por estar tão enraizada na comunidade, a nova leitura bíblica continuamente tem a ver com a "massa". Tende a não ser algo de um grupo minoritário. Precisa saber relacionar-se com a "multidão dos crentes". Neste sentido, o movimento bíblico não só é coisa de minorias (destas por certo também), mas desafiadora-mente de maiorias.

É muito importante que se avalie a questão bíblica na América Latina dentro destes parâmetros de um movimento inserido no dia-a-dia das igrejas. Faz-se presente em muitas partes, sem que tenha uma característica plenamente concluída. Só o processo em andamento vai mostrar o que é propriamente esta nova leitura bíblica.

O novo aparece em todos os níveis e sob muitas formas. Aliás, isso é típico para o novo movimento bíblico.

Decisivo é o nível comunitário e popular. Aí está o coração de tudo. Junto às comunidades, cabe papel de especial destaque aos agentes de pastoral. São os animadores. Ajudam a concretizar a memória bíblica. Mas, sem os biblistas acadêmicos, o movimento tende a se repetir. São eles os que ajudam decisivamente a desbloquear a leitura tradicional. Apontam para novos horizontes.

Muitos centros de assessoria, grupos de pastoral, instituições de pes-

OPERAÇÃO RESGATE: SEMPRE MULHER!

Rosângela Soares de Oliveira

O fazer teológico da mulher é uma ação de resgate. A vida submersa, silenciosa, oprimida, invisível da mulher é resgatada para que assuma seu papel histórico de sujeito em processo de libertação.

O resgate surge em forma de crítica e re-elaboração do saber, da instituição, do cotidiano, da prática. A partir da condição de oprimida, subordinada, a mulher revê a teologia, a leitura bíblica, a organização eclesiástica, a relação homem-mulher, a história, a pastoral. Neste movimento, as mulheres se agrupam, e criativamente, comunitariamente, des-cristalizam o que se estagnou como "dom de Deus".

A teologia que vem das mulheres produz uma crítica ao patriarcalismo — lugar exclusivo do homem no exercício do poder; ao androcentrismo — homem como padrão de humano; à moral — dualista que dá liberdade ao homem e reprime a mulher; ao fundamentalismo — ausência de mediações histórico-sócio-culturais que transporta o lugar de historicamente oprimida para um mandato divino de subordinação da mulher; à pastoral — exercida masculinamente a despeito de uma maioria feminina; à es-

trutura eclesiástica — visceralmente autoritária, sem transparência para lidar com a outra (mulher) no poder.

O movimento bíblico latino-americano reflete esta questão. O eixo da leitura é a mulher oprimida, pobre, lutando pela vida. É a mulher nos espaços de resistência (Raab), não se entregando às discriminações (samaritana), saindo do anonimato (hemorroíssa), engajada no projeto maior de Deus de libertação de seu povo empobrecido (mãe de Moisés, Maria). Descobrir a mulher na história do povo de Deus, nos momentos centrais da revelação (nascimento, ministério, morte, ressurreição de Jesus) tem, no nível da pastoral, contribuído enormemente para que a mulher renasça dos escombros, lugar um que a Igreja a colocou por muitos séculos (Eva).

No entanto, este resgate das personagens femininas, que nem sempre têm nome, corre o risco de transformá-las em grandes heroínas, alienadas do seu contexto histórico-social, modelos de perfeição, subordinação, submissão (Maria). Pelo contrário, este resgate precisa mostrar um certo tom de desordem (subversão) que há no feminino (partei-ras), embora mulher não seja obrigatoriamente sinônimo de compromisso com a justiça (Zélia Cardoso de Mello).

Além do visível (personagem feminina) tem se buscado também o invisível. Levanta-se suspeitas pelo círculo de mulheres que preservaram determinadas histórias na tradição oral. Pergunta-se pela mulher que está veladamente em cena (multiplicação dos pães), ou ainda totalmente ausente (escolha dos Doze). O resgate não se faz só do que está exposto, mas também daquilo que nos porões foi trancafiado. Sobre a ausência se exerce a postura da desconfiança metodológica e a elaboração de uma nova hermenêutica.

Resgatar essa experiência de mulher ausente/presente para um saber bíblico-teológico-pastoral que respeite e dignifique o ser mulher é uma tarefa cotidiana. E nela muitas mulheres têm se envolvido, seja em nível acadêmico, pastoral ou de base. Assim, da Maria-mãe que guardava os grandes acontecimentos teológicos da encarnação de Deus no coração (Lc 2,19;25) — como lugar de reflexão —, à Maria-companheira anunciadora da ressurreição — espaço de ação (Lc 24,9) —, nós, mulheres, marcamos nosso lugar nessa história.

Rosângela Soares de Oliveira, pastora metodista, integra o Programa de Assessoria à Pastoral.

quiza se dedicam a animar este movimento. O movimento bíblico não é "posse" de uma entidade, de um centro. Acontece através de múltiplas organizações.

Quem assessora e acompanha o movimento bíblico precisa tomar em conta este seu caráter multifacetário.

Uma das novidades é a difusão da nova leitura bíblica por todas as partes da América Latina. E isso vem se dando com muita rapidez. Este é um dos saltos de qualidade do movimento bíblico na América Latina: seu alastramento.

Se vejo bem, no início as novidades estavam mais restritas à caminhada das igrejas no Brasil. Por aqui fo-

ram ensaiados os primeiros passos. Carlos Mesters nos mostrou como correlacionar os "fatos da vida" e os "fatos da Bíblia". Encorajou-nos a crer nas comunidades dos empobrecidos como leitores privilegiados da memória bíblica.

Mas este jeito de ler a Bíblia também foi tomando forma em outras partes, em outros países, porque a própria realidade o exigia. Hoje, por toda parte se exercita esta leitura situada da Bíblia.

Ela não é uniforme. Não segue uma cartilha. E nem pode. Pois as situações são diversas. As culturas são específicas. Os textos bíblicos importantes num contexto são de menor relevância em outro. O tema da violência recebe um enfoque em uma situação, outro em outro país. Portanto, não há uniformidade. O que existe é um método semelhante. O que há é um enfoque parecido. O método incorpora a comunidade no processo da leitura. O enfoque parte dos empobrecidos. Mas, ainda

que este enfoque e este método sejam comuns, as variações são múltiplas. Não há cartilha, nem comando central. E é por isso que a nova leitura se difunde e se espalha, de modo tão criativo, diversificado, específico em cada lugar, em cada país, em cada contexto.

Parece-me que esta novidade bíblica, tão marcante na pastoral, ainda não alcançou permear *o todo da teologia latino-americana*. A leitura popular da Bíblia ainda não está marcando decisivamente os esboços teológicos mais abrangentes, mais sistemáticos.

Se você, por exemplo, olha para a coleção *Teologia e libertação* (Editora Vozes), percebe que as temáticas teológicas aí tratadas, de modo abrangente e sistemático recorrem, de maneira muito diversificada, à interpretação bíblica em uso nas comunidades latino-americanas. Há obras que se inserem no movimento da nova leitura bíblica; bebem desse poço. É o caso, por exemplo, do livro

O movimento bíblico não é "posse" de uma entidade, de um centro. Acontece através de múltiplas organizações



*As pessoas dos círculos bíblicos
não querem se isolar
da realidade, mas expressar-se
também no nível do religioso*

da realidade que vivem em seu dia-a-dia, querem expressar-se também em termos de cantos, orações, em nível do religioso. Se a gente não respeitar esse anseio dos participantes do círculo bíblico, se não ajudar a desenvolver a linguagem da fé, da religião, então o círculo tende a se atrofiar, tende a se esgotar.

Nestes últimos tempos, nem sempre temos avaliado as chances do estudo bíblico na comunidade com o devido cuidado, com o devido discernimento. Não raro nós, agentes de pastoral, talvez tenhamos exagerado na acentuação da realidade. Motivados pelo que a própria comunidade trazia à tona em cenas, casos e fatos do cotidiano, possivelmente enveredamos, em demasia, pelos trilhaços da realidade.

Não se pode isolar a Bíblia da realidade. Ela, todavia, não se esgota em seu uso no meio da realidade.

Milton Schwantes, pastor luterano, biblista, é integrante do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI. Autor do livro *Projetos de esperança* (Vozes/CEDI/Sinodal).

de Marcelo de Barros Souza e de José L. Caravias sobre a "teologia da terra". Na verdade, outros, e não poucos, não recorrem à exegese latino-americana. Ainda bebem em outros poços exegéticos, localizados ao norte.

Outro exemplo. Se você comparar as declarações de reuniões de pastoral, de encontros ecumênicos, de assembléias, a argumentação bíblica tende a se repetir. Voltam textos semelhantes. Repetem-se as figuras e os temas bíblicos. Enquanto isso, lá na pastoral, os textos variam, as ênfases se alteram.

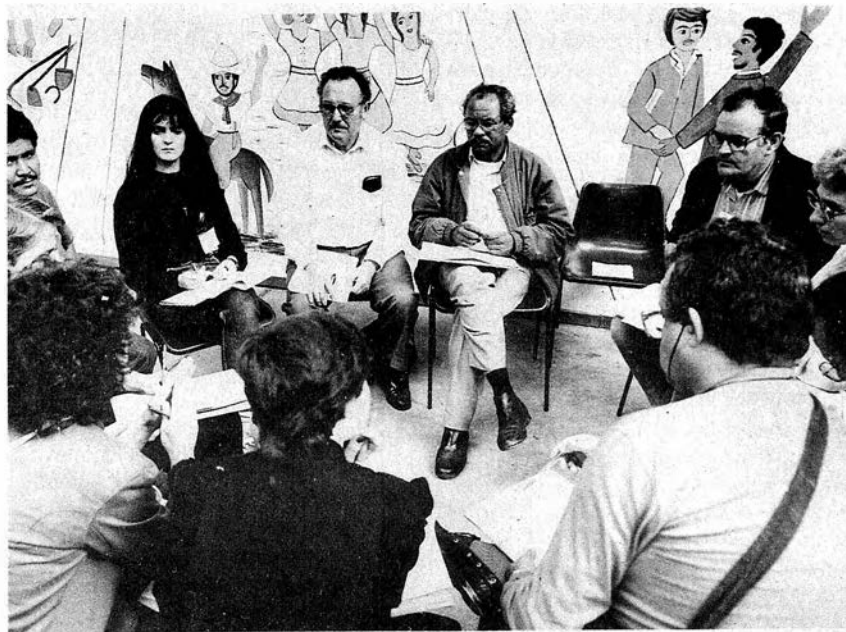
Há, pois, uma certa defasagem. A nova leitura bíblica popular ainda não foi propriamente assumida no âmbito maior da teologia latino-americana. Há importantes encaminhamentos nesta direção. Mas a tarefa permanece.

A realidade é impactante na América Latina. As dores do dia-a-dia amassam as pessoas. Marcam nossas vidas, nossas palavras. É o que também sucede na reunião da comunidade. Quando aí, na comunidade, nos encontramos para o círculo bíblico, vimos marcados pela situação de opressão e desesperança. A boca do povo transborda. Insiste em falar de sua situação.

Aliás, nossa metodologia bíblica até pôs ênfase na situação. Afinal, queremos correlacionar Bíblia e realidade do povo. No próprio estudo bíblico, se pergunta pelos "fatos da vida". Evocamos a realidade. E ela vem forte. Vem aos borbulhões. A dor é tanta que todos têm o que contar. São histórias impressionantes. Cenas comovedoras, nem sempre organizadas, mas sempre muito vividas.

Em minha experiência, a realidade tende a tomar conta do círculo bíblico. E aí reside um problema, um perigo talvez. Por certo, a experiência real não pode faltar em nossos estudos bíblicos latino-americanos, mas, se for tomando conta dos encontros, se o círculo bíblico "só" for política, tenderá a se esgotar. Primeiro, porque o círculo bíblico não é instrumento suficiente para enfrentar e mudar a realidade, para a atuação política. Há outros instrumentos mais capazes, experimentados, como a associação de bairro, o sindicato etc. O círculo bíblico terá que remeter para estas entidades, encorajar a participação. Ele não poderá querer substituí-las. Segundo, porque as pessoas que vão ao estudo bíblico, ainda que não se queiram isolar

Murilo Santos



A nova
leitura
bíblica
popular
ainda
não foi
propria-
mente
assumida
no âmbito
maior da
teologia
latino-
americana

VARIAÇÕES DA MESMA ESPERANÇA: PROGRAMA DE ASSESSORIA À PASTORAL

O Programa de Assessoria à Pastoral tem, entre outros, o objetivo de fortalecer sujeitos políticos que sejam autônomos e permanentes. Esta tarefa é realizada numa panorâmica histórico-interpretativa

José Bittencourt Filho

“O princípio protestante pode ser proclamado por movimentos que não são eclesiais nem profanos, mas que pertençam a ambos, por intermédio de grupos ou de indivíduos, com os seus símbolos cristãos e protestantes, que expressem a verdadeira situação do Homem em relação ao último e ao absoluto. Se o fazem melhor e com maior autoridade do que as Igrejas oficiais, então são eles, e não as Igrejas, os representantes do protestantismo para o homem contemporâneo.” (Paul Tillich)

“... Deus levou hoje a sua Igreja à situação de uma nova Diáspora. Depois de mais de mil anos de existência como um povo reunido na Cristandade, os cristãos se encontraram novamente dispersos num mundo não cristão; e as formas de renovação da Igreja devem ser, agora, formas autênticas de existência da comunidade cristã nessa direção.” (Richard Shaull)

“Assim hoje também deve haver uma Igreja multiforme. Não apenas em muitas comunidades, como também Igrejas e comunidades com numerosos grupos, correntes, tendências, teologias e formas de piedade. O essencial é que nenhum grupo interrompa o diálogo com os outros, tornando-se heresia; o importante é que a tomada de partido por Jesus Cristo não degenera em partidários na comunidade.” (Hans Küng)

Nos primórdios da década passada, sentindo a fragrância dos novos ares democráticos, retomou-se no CEDI a experiência de trabalho junto aos protestantes — comunidades, grupos e indivíduos. Movidos pelos mitos de origem do movimento ecumênico no Brasil, os protagonistas dessa retomada vinham prenhes de nostalgias.

Em suas memórias e sentimentos estavam presentes os esforços de unidade e as proposições eclesiológicas e missiológicas dos pioneiros como Erasmo Braga (ainda no início do século) e Richard Shaull. E estavam presentes ainda os êxitos da antiga Confederação Evangélica do Brasil, com o seu Departamento de Estudos de Responsabilidade Social, e a realização da Conferência do Nordeste.

Não faltavam também as lembranças taciturnas. Afinal, nas igrejas evangélicas brasileiras, os tempos que se seguiram ao golpe militar foram de “inquisições sem fogueiras”, onde se faziam presentes os expurgos, a censura, as intimidações e a tentativa (quase vitoriosa) do sepultamento da memória de um protestantismo com mais espírito profético e menos covardia.

Na segunda metade dos anos 60, protestantes perseguidos fundavam uma publicação num tom de contra-informação e contra-ideologia, que representava um ato de resistência contra o caudal de repressão e censura — o CEI (Centro Ecumênico de Informação).

Este seria o embrião do CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), que viria a ser fundado em 1974, sob o tacão do AI-5, com o concurso de lideranças católicas e de intelectuais engajados.

Na memória estava presente ainda a situação de uma América Latina que parecia gradativamente submetida aos regimes de segurança nacional. Nesse momento dramático o movimento ecumênico internacional foi estratégico na luta em favor dos direitos humanos.

Fazia-se presente ainda o impacto dos ventos benfazejos do Vaticano 2º.

A Igreja romano-católica fazia as pazes com a modernidade, passava a ser mais ecumênica e acenava com uma nova postura quanto às massas empobrecidas. Aliás, nos anos 70, vários segmentos dissidentes do regime autoritário vieram refugiar-se nas pastorais sociais católicas. Nessa esteira incluíram-se também entidades ecumênicas de serviço como o CEDI.

Nas igrejas evangélicas, nos preâmbulos da redemocratização, estavam vindo à luz as “ilhas de dissidência”, ou seja, grupos que se haviam fortalecido durante o inverno do regime autoritário, e que então colocavam-se a postos para serem arautos diligentes dos novos tempos, dentro e fora das comunidades eclesiais.

Mas nem tudo era memória. Nos anos 80 os evangélicos surgiam no cenário como uma força sócio-cultural, que já havia obtido a adesão de milhões de brasileiros de todos os quadrantes do país. Pareciam mesmo dispostos a participar efetivamente do poder constituído, abandonando desse modo seu proverbial absentismo político, derivado de sua ideologia de minoria.

Consolidava-se o exercício das comunidades eclesiais de base e das pastorais especializadas. No entanto, o papel da Igreja romana sofria alterações. Com a volta do sindicalis-



Grupo de estudos durante encontro pastoral de periferia, assessorado pelo Programa

mo, do pluripartidarismo, com a organização crescente do movimento social, ficava para trás o tempo do guarda-chuva protetor. Em todos os escaninhos da ação política, o que se via era o princípio do fim das frentes e vanguardas.

Quase duas décadas de cumplicidade com o sistema, a repressão interna e externa, a queda vertiginosa da qualidade do ensino teológico e da catequese e a presença ativa das paraeclesiásticas ultraconservadoras não tinham dado cabo da resistência e da esperança, nos arraiais evangélicos.

Quase na metade da década passada, o CEDI como um todo, à luz de suas acuradas análises de conjuntura, discerniu que os novos tempos estavam a exigir não mais uma postura apenas de atendimento a demandas, mas o estabelecimento de equipes especializadas em campos políticos preferenciais. Nasceram os programas, e dentre eles, o Programa de Assessoria à Pastoral Protestante.

O momento era de enfrentar desafios. Considerava-se que o melhor serviço a prestar seria uma prática que combinasse as intervenções na forma de assessorias, com formação de quadros, apoio às práticas alternativas, produção de material subsidiário e articulação entre as diferentes organizações ecumênicas.

Desde seus primórdios o CEDI seguiu os lineamentos filosóficos e teológicos do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), no tocante à interpretação do movimento ecumênico internacional. A partir desse posicionamento, o Programa decidiu organizar-se para enfrentar os desafios já mencionados. Tudo isso tendo como horizonte a construção de uma sociedade socialista, democrática e pluralista, entendida como sinal do Reino.

Na prestação dos seus serviços, formando, editando publicações, organizando documentação referencial, assessorando grupos e comunidades locais e apoiando empreendimentos alternativos, o Programa acumulou contatos, informações, análises e alianças, que no seu conjunto viabilizaram uma leitura e interpretação singulares da pastoral nos âmbitos do catolicismo e do protestantismo. Para isso contribuiu também a própria composição da equipe do Programa, majoritariamente jovens com formação teológica e organicamente vinculados à prática pastoral.

Próximo ao fim dos anos 80, procedeu-se uma avaliação rigorosa do Programa, à luz do que fora acumulado. Como produto impuseram-se algumas inovações substantivas. Isto se traduziu na nova nomenclatura: Programa de Assessoria à Pasto-

ral. Embora não se possam eludir as diferenças eclesiológicas e as idiosincrasias histórico-culturais entre católicos e protestantes no Brasil, é possível asseverar que, mais do que se suspeitava no início da década, as questões que se colocam para a pastoral popular possuem caráter ecumênico.

O debate do socialismo real, os avanços do neoliberalismo e do neoconservadorismo, os recuos da hierarquia católica e os graves questionamentos que se colocam para os movimentos sociais são alguns dos fatores que, somados, configuram uma crise sem precedentes.

Vive-se um momento de profundas reformulações. É hora de desprezar os dogmatismos e revalorizar a dimensão cultural e existencial.

Tudo isso sem abrir mão das conquistas obtidas em mais de trinta anos de luta.

O contexto de crise teórica e prática, paradoxalmente, reafirma a utopia ecumênica e aponta para uma ação cultural criativa e pluralista. Os desafios se renovam, a esperança permanece.

José Bittencourt Filho, pastor da Igreja Presbiteriana Unida, é coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

FERNANDO HOLLUNDER

"ESTOU RENASCENDO"

Em julho, durante seminário de estudos promovido pela Comissão Pastoral da Terra no Espírito Santo, o lavrador Fernando Hollunder fala sobre o respeito à terra, a valorização do trabalho do homem do campo e o amor o próximo

Entrevista a Milton Schwantes

TP — Há pouco você dizia ao grupo: "Renasci!"

Fernando — É isso. Estou vivendo uma fase nova na vida. Quem me conhecia antes até estranha as mudanças. Um dia me convidaram para uma reunião de igreja, lá por 1982. Comecei a ver que o povo de Deus é maior que os bancos de igreja. De início, me espantei um pouco, naquela reunião. Havia muita discussão. Era pastor com pastor, leigo com pastor. Falavam de agrotóxicos, de preço de produto. Eu não estava preparado para aquilo. Tinha vindo para uma reunião, um concílio de igreja.

TP — Você esperava que os assuntos fossem outros?

Fernando — Mais ou menos isso. Eu tinha aprendido, no banco de igreja, que o trabalho é a coisa mais importante. Pelo trabalho, você recebe a bênção. Subindo na vida, vem vindo a bênção de Deus. E nós sempre trabalhamos muito.

TP — Nós quem?

Fernando — Em família. Nós, irmãos, trabalhávamos juntos, na terra de nossos pais. Isso vem de longe. A gente lutava e sofria junto. E fomos achando que era preciso melhorar a vida. Subir.

TP — De que jeito?

Fernando — Descobrimos o tal de agrotóxico. Vimos que era mais barato. E era mais fácil. E eu até me dediquei bastante a isso. É que sempre gostei de ler. Para isso estudei os manuais do agrotóxico, sabia direitinho de tudo. E eu mesmo aplicava. Me sentia bem. Pulverizar também vicia. Por dentro a gente se sente forte, poderoso, com aquelas máquinas, pulverizando. E, olha, induzi muitos a também usarem. Fiz propaganda, de graça. A gente queria melhorar de vida. Era isso.

TP — Quantos anos você pulverizou?

Fernando — Deixa eu pensar... Comecei lá por 1975 e usei uns cinco a seis anos.

TP — E o resultado? Deu para melhorar de vida?

Fernando — Foi piorando cada ano. O poço foi ficando sempre mais fundo. De início nem me dei conta, depois foi acumulando e outros foram me falando. A produção caiu, baixou assustadoramente. Aplicando o veneno, o feijão pegou uma altura pequena, ficou dessa alturinha. E, depois, eu mesmo já não conseguia trabalhar como antes, junto com meus irmãos. Fiquei para trás. A mulher, esperando filho, ajudava. Nosso filho mais novo nasceu com um problema na perna. Foi tudo muito difícil. Também com os irmãos. A gente já não se entendia mais. Enfim, resolvemos trabalhar cada um para si. Dividimos as terras. Meus irmãos tinham razão, afinal eu estava ficando para trás. Já não acompanhava mais. Mas, para mim, foi difícil concordar. Foi amargo. Demorou. A gente se machucou, na família. Saí machucado e machuquei. Isso é um pecado que existe. Hoje me sinto doente, a família com vários problemas de saúde, ninguém sabe por quê.

TP — Quanta dor!

Fernando — É, mas também deu para encontrar um novo caminho.

TP — E como?

Fernando — Em casa, conversamos muitas vezes sobre a situação. Procuramos uma saída para nós, um futuro para os filhos. E uma ajuda muito grande foram as reuniões de igreja. No começo já falei disso, daquela reunião, daquele concílio. Aí encontrei pessoas em situação semelhante à nossa. Fiquei sabendo dos perigos dos agrotóxicos. Fiquei sabendo de alternativas. E aí veio um dia todo especial. Foi quando fizemos um composto orgânico, aqui em casa. Veio tanta gente para o mutirão. Vi que não estávamos sozinhos. Daí também aprendi a plantar leguminosas para recuperar a terra. Algumas até já cresciam no terreno, mas eu desconhecia o valor delas. Depois fui ao hortão, lá em Cachoeira, e em Venda Nova, para ter experiência com outros. E a gente foi mudando.

TP — E a mudança foi prática?

Fernando — Ah, foi. A terra que a gente até então plantava estava uma ruína. Toda envenenada, toda amassada pelo trator. E já nem produzia. Estava morta.

TP — Morta?

Fernando — Não tinha dó da terra. Era uma simples coisa, um objeto, sem vida. Com ela se podia fazer o que bem se entendesse. Meta veneno. Meta trator. Tudo era permitido. Mas, na verdade, naqueles tempos eu nem me dava conta disso. Nem sentia isso. Estava matando a terra com agrotóxico, mas nem notava. Sim, nem via como via a terra. Aí está o problema: a terra nem existia. Não era problema. Era uma massa sem vida nenhuma. Como dizia: estava mortinha.

TP — E o que fazer com a terra morta?

Fernando — Ah, deixar descansar. Cuidar dela com carinho. Plantar leguminosas. E para sobreviver fui plantar em uns cantinhos, em umas beiradinhas. Tudo em forma de respeito à terra. Aí precisa bastante trabalho

manual. Para respeitar a terra, é preciso pôr a mão nela, com cuidado. É disso que ela gosta. Para mim isso já ficou difícil.

TP — Por quê?

Fernando — A saúde não está boa. O veneno não sai mais. O organismo da gente já foi atacado. Sou para baixo da metade de uma pessoa. A força está fraca. Perdi muito da capacidade mental. Vê que até estou bastante amarelo. Isso não tem mais jeito, não. Por isso, o trabalho manual já não rende como rendia. Às vezes dá vontade de passar o trator por cima. Nestes dias, por exemplo, deu uma cena assim: meu filho mais velho e eu saímos para fazer um roçado. Não sabia se daria para enfrentar com a enxada. Na dúvida, levamos junto nosso velho trator. Chegamos. Olhamos. E disse para meu filho: “Dá com enxada”. Mas ele não se convenceu: “Mas, meu pai, vamos de trator. Vai mais rápido”. Não foi fácil convencê-lo de que a terra não iria gostar do trator, de que era preciso meter o braço, as mãos.

TP — E a produção?

Fernando — Estou contente com o resultado. O feijão já está bem mais bonito. Cresce de novo. Não fica naquela alturinha de nada. E tenho café, no terceiro ano, sem adubo químico. Não é que dê uma produção alta, mas ela é livre, sem o investimento da adubação. E depois o café mantém a média. Um ano repete o outro. E o que também ajuda bastante é essa venda direta aos trabalhadores da cidade. O preço fica mais em conta. Mas não é só isso. Bom também é que conheci outras experiências. Aparecem novas amizades. A gente começa a viver de novo.

TP — Então, outras famílias passam por experiência semelhante?

Fernando — É isso mesmo. O agrotóxico estraga a vida de muita gente, de quem usa. Alguns se dão conta. Outros ficam amarrados. Não conseguem mais sair. Ficam doentes. O câncer de pele aumentou muito em nossa região. Perdem o ânimo. Se entregam à cachaça. Cavam sua sepultura. Não é fácil sair. Dá muito conflito. Quem salta fora começa a viver em conflito com gente da própria família, com vizinhos. É preciso assumir essa cruz e ir em frente. Sempre um apoiando o outro, senão não tem jeito.

TP — Durante a celebração você falava disso. Até estou levando umas sementes para plantar.

Fernando — Quando entrei nessa nova luta, descobri um compromisso. Vi que tinha que passar para outros esta minha experiência. Se não passar adiante, não pode ter o nome de cristão. Falo da vida que levava e da que agora levo. E espalho as sementes. No domingo passado foi bem interessante lá na nossa comunidade. Era a festa da colheita. Levei uma sacola de semente de feijão, daquela antiga. Expliquei que essa é semente original, que é conhecida há mais de cinquenta anos, que não está contaminada de venenos, que é quase sagrada, que é como o maná lá da Bíblia. Pus no altar. E o pessoal foi chegando para levar um punhado dessa

semente. Primeiro vieram os mais humildes e pobres. Depois, que milagre, vieram também os grandes que creem no agrotóxico. Também levaram da semente sagrada lá do altar.

TP — Para você o altar parece muito importante. Explica isso para a gente.

Fernando — É porque a terra é de Deus. Foi criada por Deus. Ela tem força nela mesma, como diz a Bíblia. Ela é viva. Faz crescer as sementes. Não precisa do capitalismo nem dos venenos e dos adubos. Dizem dar força à terra, mas tiram sua força. Matam o chão. E a semente é parte dessa terra criada por Deus. Elas têm força. São sinal de vida e alimento do povo. E é isso que a gente mostra quando põe as coisas no altar. O altar está relacionado com Deus. E ele está aí pra todos. E aí eu acho bom passar as sementes para todos pelo altar. Aí fica mais claro que estamos libertando as sementes dos venenos, das multi dos agrotóxicos. É o que também aprendi da Bíblia.

TP — Para você a Bíblia parece ser como a semente, antiga, sagrada.

Fernando — É mais ou menos isso. Em todo caso, lá no banco de igreja é difícil entender. E eu acho que você também não entende, se só lê. Precisa estudar na vida. Tudo vai aos poucos. Eu não descobri assim de repente, mas mais do jeito da semente, devagarzinho, crescendo de pouco em pouco. E depois também precisa do grupo, um ajudando o outro. Desse jeito, fui entendendo o êxodo, a luta daqueles escravos. No começo, eu não entendia. Depois as coisas foram se abrindo. E nós mesmos experimentamos que ainda hoje a mão de Deus está conosco, como estava com os escravos no Egito. Eu sei, eu experimentei. Um dia mandaram até a polícia para vacinar nossos animais. É que nós sabíamos que aquelas vacinas prejudicavam o gado, que queriam encher nossos animais de pestes, de venenos. Não permitimos. E aí veio a polícia. E nós enfrentamos, defendemos os direitos de nossos companheiros. No meio da tensão, eu gelei de medo. Mas ficamos firmes, até que a polícia teve que ir “queimando pneu”. Nesses momentos a gente vê que tem Deus com os pobres. A Bíblia ajuda a entender que Deus não nos abandona. Dá força para resistir.

TP — Enfrentando a polícia... E a política?

Fernando — Ajudei muito político que só se aproveitava do povo. Sabe, até carreguei nas costas político tradicional. Levei, aqui, nos ombros. Imagina só! Mas, depois, eles não ligam para a gente. A gente vai aprendendo, vai discutindo. E, no fim, descobrimos que nós mesmos temos que fazer as coisas da política, nós do povo. É o que estamos fazendo. Nós, gente deste interior, estamos começando a fazer a nossa política. A semente está lançada.

TP — Para concluir...

Fernando — Olha, lavrador sempre foi explorado e enganado. Mas a gente segue semeando. Planta com esperança. Às vezes dá pouco. Mas não perde a esperança, nunca.

QUAL O TAMANHO DA TROMBA DO ELEFANTE?

A pastoral popular, em meio às tensões com o neoconservadorismo, precisa situar-se diante da crise da modernidade para acompanhá-la

Jorge Atílio Silva Iulianelli

“E num universo onde não existem senão ortodoxos e hereges, o dissidente não é alguém que pensa diferentemente, mas um inimigo a derrubar ou (em tempos de menos rigor) um não pensante, um pobre louco”. (Norberto Bobbio)

Há algo de perplexidade ante o banho frio que recebeu a pastoral popular, especialmente quanto a estes enfrentamentos com a restauração nas igrejas. Isso faz parte de uma “revelação”. É necessário ver a história dos “anjos”, os mensageiros de Deus. Há alguns anos um anjo aparalhado com a decadência, o ar insalubre de suas salas palacianas gritou desesperado que abrissem as janelas e deixassem entrar o ar fresco do mundo; é que ele sabia não ser o mundo objeto de medo, mas de desejo. Porém, anos depois, outro anjo, talvez também aparalhado, decidiu que a sala estava um tanto fria ou quente demais conforme o tempo “lá fora” e optou por trancar as mesmas janelas, luz só pelos vidros, ar só pelas frestas.

Porém, estamos olhando a ponta da tromba. O glorioso paquideme balança sua tromba com certa graciosidade, e ela é enorme. Toda ela é modernidade, esta mesma que entrou em crise. Há um conflito inerente a ela. Por um lado, pretende uma humanização cada vez maior das sociedades; por outro, vive a devastação das pessoas e da natureza, cria empobrecimentos abissais. Contradição, porém, não é antagonismo.

Parte desta crise que vive a tromba, talvez uma enorme paralisia, os veterinários ainda não o sabem, se reflete no abalo que sofrem os refe-

renciais teóricos. Para a pastoral popular é especialmente importante o marxismo. Interessante como se fala hoje de “crise” do marxismo, como se tantos pensadores não tivessem desde o início colaborado no processo contínuo de construção do marxismo. Então, por quê? O homem vive de símbolos. A Revolução de Outubro foi um marco na história das esquerdas e por mais que saibamos que é o stalinismo burocrático que está sendo rejeitado, isto trouxe confusão, que atingiu em especial o Terceiro Mundo.

A tromba vive por isto tudo um contramovimento. Enquanto a modernidade vive uma tensão escatológica, a negação desse movimento se acredita um resgate da tradição, guarda da memória. Como valente cava-

leiro medieval vemos o neoconservadorismo. Ele possui grandes valores: memória não é só recordação do que foi mas afirmação do que não foi e suposição do que poderia ter sido. Mas quando a tradição é vista como cadáver que deve ser venerado temos aí um caso de necrofilia. Muitas vezes o neoconservadorismo não quer deixar seu defunto amado, putrefato e fedorento.

A defesa da tradição muitas vezes esconde o medo da novidade. É que o novo gera desordem, só que numa “antiga ordem”. Dizem que a melhor defesa é o ataque, parece que assim pensa o neoconservadorismo. Suas atitudes em nível de Igreja dirigiram-se em duas direções: por um lado, procurou substituir a importância relativa da pastoral popular junto aos empobrecidos apoiando mais os “movimentos apostólicos” e os “novos” projetos de evangelização (*Evangelização 2000 e Lúmen 2000*) demonstrando claramente que, entre outras coisas, da modernidade interessam os “meios”; por outro, agiu punitivamente fazendo diminuir a capacidade de inserção

Douglas Mansur/Imagens da Terra





*Nada mais evangélico que ser
perseguido por comprometer-se com
os empobrecidos devido ao
Evangelho sendo fiel à Igreja*

pastoral, puniu teólogos, fechou centros de formação, dividiu dioceses, sagrou bispos conservadores.

Movimento e contramovimento tornam agudas as crises inerentes à pastoral popular. Contradições políticas entre carisma e poder, antropológicas entre desejo e institucionalização, teológicas entre cristomonismo e pneuma.

A pastoral popular mira o socialismo popular, democrático e participativo como alvo de sua ação, conseqüente com a dialética do Reino, com sinais do já e ausências do ainda-não. O alvo tem duas faces: desejo de não só uma sociedade assim mas uma Igreja assim. A Igreja deve ser comunidade de liberdade e participação. Há que aprofundar a questão dos ministérios,

*A defesa da tradição muitas
vezes esconde o medo da novidade.
É que o novo gera desordem,
só que numa 'antiga ordem'*

da *diakonia*, do papel da mulher.

Sem dúvida a pastoral popular trouxe para a política partidária uma contradição singular, a capacidade de misturar na militância alegria e vigor — “sem medo de ser feliz”. Há, entretanto, que questionar se cabe às comunidades eclesiais a elaboração de um projeto de sociedade; há necessidade de rever a formação baseada muitas vezes numa concepção racionalista do ser humano, negando o espaço da emoção, do prazer; há que aprofundar a mística, a espiritualidade da ação política.

O que dá vida à tromba é o ar que ela respira, mesmo que às vezes crie transtornos. Seu ar é o específico religioso. A liturgia romana tradicional é repleta de beleza; cantos polifônicos, incenso, tochas, turbos, hostiários... espírito e mundo medieval. O que houve com a liturgia em muitas comunidades? Enfeiou-se. Basta olhar para os cantos, excetuando-se, entre outros, os belíssimos de Zé Vicente de Crateús e as poesias de Pedro Tierra, o que resta? A celebração precisa ter relevância para a comunidade, mas não pode deixar de ter beleza, de ser sedutora. O apego ao ético não deve esvaziar o estético. Não se pode matar o espírito *co-memorativo* de toda celebração.

A pastoral é uma prática religiosa, seus signos para falar e escutar o mundo são religiosos. Portanto, a esfera do sagrado não pode ser subsu-

mida por esfera alguma. Possui autonomia relativa às outras esferas e cabe-lhe privilégio ante as demais pois é referencial reflexivo. Neste sentido, a pastoral bíblica é fundamental.

A última tensão que citei foi entre o cristomonismo e o pneuma. O cristomonismo é uma doença em um determinado lado da tromba, o da Igreja ocidental que confunde muitas vezes unidade com uniformidade. A ação pneumática (do Espírito) sempre é plural, sempre abre espaços novos. “A letra mata, o Espírito vivifica” (2 Co 3,6).

Enfim, o tamanho da tromba está na construção da Igreja enquanto comunidade vital, lugar de encontros e festas. A dimensão da festa é fundamental. O primeiro sinal do Evangelho de João é o da festa de casamento em Caná (Jo 2,1-11). A festa é lugar de encontro e celebração, lugar de memória. O que o neoconservadorismo não resgata é o caráter subversivo da memória jesuânica, ela é um escândalo (Mc 16,34) que inverte as relações estabelecidas.

Conversando com um bispo no interior de Minas, num encontro de CEBs, ouvi: “A Igreja é como um pêndulo, ora o Espírito sopra para cá, ora para lá, ela porém logo encontra seu ponto de equilíbrio”, coisa de mineiro — uai! Mas, há vezes que neste movimento o “pêndulo” transforma-se em guilhotina e... as cabeças rolam. Nada mais evangélico que ser perseguido por comprometer-se com os empobrecidos devido ao Evangelho sendo fiel à Igreja. Porém, isto não é o mesmo que ser perseguido pela Igreja por este motivo...

A tromba com seu movimento e contramovimento, sua capacidade de tragar o ar e assim receber vida, mostra à pastoral popular que é necessário situar-se diante da crise da modernidade para acompanhá-la. Urge entregar-se ao desejo:

“A sonhar eu venci mundos
Minha vida um sonho foi.
Cerra teus olhos profundos
Para a verdade que dói.
A Ilusão é mãe da vida:
Só a loucura incompreendida
Vai avante para os céus”.

(Fernando Pessoa)

Jorge Atílio Silva Julianelli, filósofo, é integrante do Programa de Assessoria à Pastoral.

A PREOCUPAÇÃO DOS CALUNGAS

Os calungas, camponeses negros que vivem há gerações no vale do Paranã, estão ameaçados de serem aniquilada sua cultura pela construção de uma hidrelétrica

Aurélio Vianna

“**N**ão há com o que se preocupar, esta hidrelétrica só está planejada para daqui a muitos anos... estão sendo feitos estudos de impactos sócio-ambientais.” Este tipo de afirmação é muitas vezes utilizado por técnicos do Setor Elétrico e das Secretarias de Meio Ambiente para “tranquilizar” os camponeses que serão atingidos pela formação dos reservatórios (lagos) das grandes barragens.

No entanto, o que a história vem demonstrando é que quando uma hidrelétrica é planejada e os estudos de impactos sócio-ambientais são realizados, a construção daquela barragem já está praticamente decidida.

Alguns casos de não implantação ou adiamento da construção vêm em função da organização de movimentos de atingidos que mobilizam milhares de camponeses ou ainda da pressão exercida pelos movimentos ecológicos sobre organismos financeiros internacionais e Secretaria de Meio Ambiente.

Assim, o anúncio da elaboração de estudos de impactos sócio-ambientais serve como mais um novo impacto social da barragem sobre a população, que fica intranquilha e passa anos recebendo informações contraditórias que configuram uma situação de medo. Quanto mais tempo esta situação perdura, mais alterações podem ocorrer nas comunidades, como por exemplo o incremento de emigrações com vista à fuga da inundação.

Isto ocorre hoje com os camponeses negros do vale do rio Paranã, chamados calungas, que moram na região há gerações desde que fundaram quilombos. Cerca de 4 mil calungas encontram-se na área diretamente afetada pela hidrelé-

Carla de Simone



A implantação de empreendimentos hidrelétricos pode durar anos. Esta espera pode ser fatal para toda a população calunga

trica Foz do Bezerra, planejada por Furnas Centrais Elétrica S.A. A professora Mari Baiocchi, da Universidade Federal de Goiás, e o professor Marcos Oliveira já realizaram estudos sobre este fascinante grupamento.

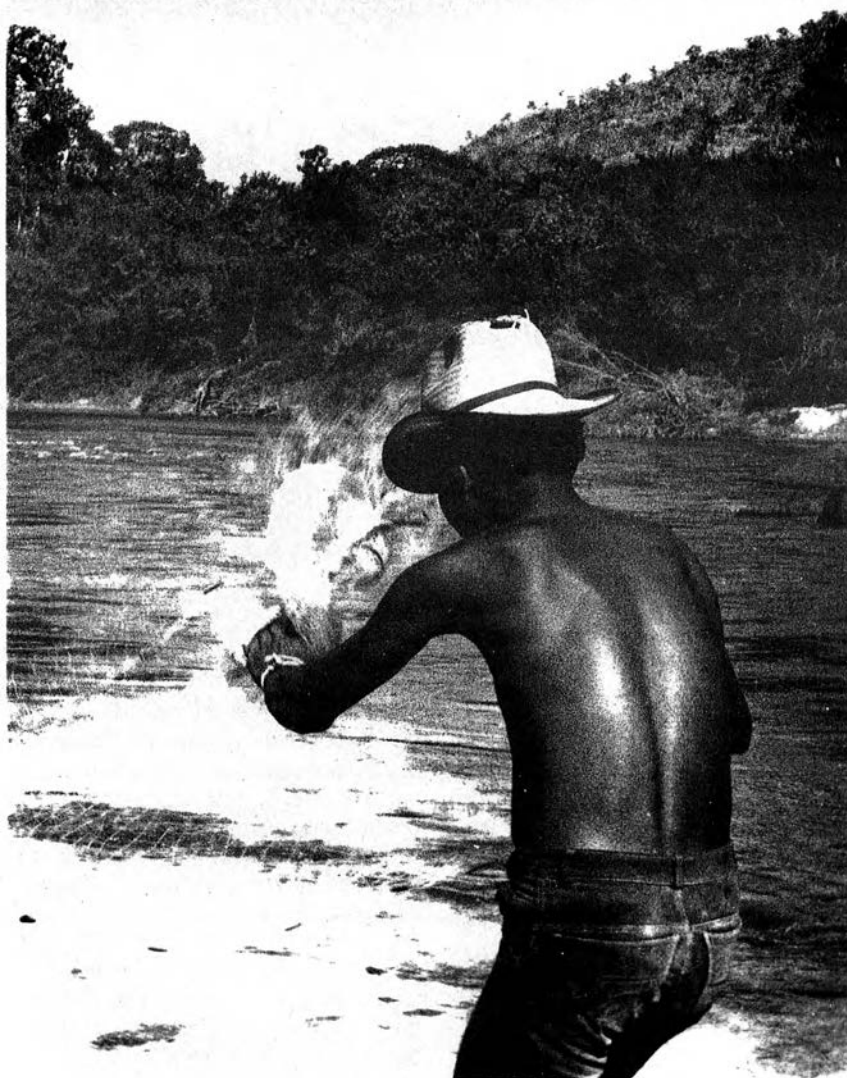
O pânico da população é evidente e os responsáveis pelo empreendimento insistem em "tranquilizar" os calungas informando que está sendo concluído o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), que conterá medidas mitigadoras (suavizadoras) dos efeitos negativos da implantação da hidrelétrica. Assim, apontam para o reassentamento dos calungas em outras áreas próximas àquelas em que atualmente moram.

O pressuposto do qual se parte falseia a questão. Para o setor elétrico, qualquer efeito negativo provocado pela implantação de uma hidrelétrica pode ser solucionado através de medidas suavizadoras.

Assim, para além da possibilidade dos responsáveis pelo empreendimento encontrarem área suficiente para o reassentamento da população nos moldes em que atualmente ela se relaciona com a terra, o problema é considerar o reassentamento como solução.

De um modo geral o reassentamento de camponeses atingidos diretamente por barragens não tem dado certo. Isto aconteceu nos casos das hidrelétricas de Itaipu e Itaparica, onde ainda hoje a situação dos camponeses é precária.

Ocorre que com o reassentamento todas as antigas redes de relações sócio-culturais que garantiam a existência e a reprodução social das comunidades camponesas são desestruturadas. Além disso, existe um rápido processo de modernização forçada que obriga os camponeses a aceitar em pouco tempo a utilização de novas técnicas de produção e relacionamento com o mercado. Alguns sobrevivem a este processo, mas parte migra para outras regiões ou periferias de grandes cidades. Assim acontece o término da organização sócio-cultural pré-existente, mesmo que com a sobrevivência física de parte das famílias. Ou seja, a opção de reassentamento como medida mitigadora de impacto social, decorrente da implantação de uma hidrelétrica, é questionável.



Fotos: Carla de Simone

O calunga só é calunga no vale do rio Paranã, onde tem seus santuários e mantém viva a cultura de seu povo

Os calungas somente a partir de 1960 é que vêm estabelecendo maiores contatos com a sociedade abrangente. O calunga só é calunga no vale do rio Paranã, onde tem seus santuários e mantém viva a cultura de seu povo. Assim, estas comunidades camponesas negras tradicionais somente conseguirão sobreviver enquanto calunga em sua região.

O processo de decisão na implantação de empreendimentos hidrelétricos pode durar anos. No caso da hidrelétrica Foz do Bezerra, esta situação de indefinição já começa a mostrar seus primeiros efeitos desastrosos. Por isso, esta espera pode ser fatal para a sobrevivência física e sócio-cultural de toda uma população. Assim, os calungas têm com o que se preocupar.



Aurélio Vianna é doutorando em antropologia social pelo Museu Nacional Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e assessor do CEDI

A CHEGADA DA BÍBLIA À AMÉRICA LATINA

A Bíblia chega à América Latina em três momentos diferentes. Na última vez, faz-se outra Bíblia, lida pelo povo pobre que luta por sua libertação

Jorge Pixley



As primeiras impressões que tiveram os habitantes de nosso continente ante a chegada de homens brancos, que em suas praias desembarcaram de imponentes naves, foram de assombro que tocava as raízes do temor reverencial. Segundo o almirante Colombo, exclamavam: "Venham ver os homens que vieram do céu". Montezuma e sua corte vacilaram à chegada de Fernando Cortés: não se estariam cumprindo as profecias da vinda de Quezalcoatl?

Os primeiros atos dos intrusos eram fincar a cruz e "tomar posse"

das terras para os reis católicos. Diziam aos habitantes autóctones que os governava um grande rei, e que o Grande Deus, criador de toda a terra, havia dado em posse estas terras "novas" a esse grande rei.

A Bíblia, enquanto objeto material, não se fez presente. Os americanos não a viram, embora muito breve aprendessem alguns dos pontos relevantes do seu conteúdo, como aquele de que o Deus soberano levaria a todos diante de seu trono para julgá-los, e que, para esse julgamento, deviam preparar-se fazendo sua vontade. A primeira obrigação era submeter-se ao batismo e às decisões do rei espanhol e seus enviados. A submissão era a primeira e a última exigência do Deus dos europeus que se manifestara em sua Bíblia.

Entre os espanhóis, a Bíblia, que era reservada aos letrados, foi um dos campos em que se disputou a justificativa da conquista do Novo Mundo; e para missionários como Bartolomeu de Las Casas, a defesa de seus habitantes. Era a Bíblia a fonte da autoridade do Papa e dos reis, e de sua missão de ensinar aos habitantes deste assombroso mundo que se desvendava aos seus olhos as verdades da salvação. Para os doutos teólogos que justificavam a conquista violenta, era suficiente pretexto para a guerra a resistência à aceitação da verdade salvífica. Para Las Casas e outros missionários, o Gênesis ensinava a completa humanidade destes homens, pois todos descendemos de um tronco comum. Sendo humanos, não era lícito privá-los de sua liberdade e menos ainda de suas vidas. Foi um argumento poderoso em defesa dos "índios".

Todo o debate, porém, se deu entre europeus. Ao americano não se deu a palavra na discussão teológica sobre sua sorte. Em 1537 o papa Paulo 3º afirmou solenemente que os indígenas eram plenamente humanos (!). Contudo, quando se fundaram as universidades em lugares como Lima e Córdoba, México e São Domingos, não se admitiram os habitantes autóctones por não serem considerados aptos para as ordens sacerdotais. Os americanos não tiveram acesso aos únicos lugares onde se podia estudar a Bíblia que fundava a autoridade de Deus e dos espanhóis sobre sua vida e sua morte!



Propagadores e missionários

— A segunda vinda da Bíblia à América Latina se deu através dos propagadores e a seguir dos missionários protestantes no século 19. Desta vez a Bíblia era materialmente visível. Era escrita em espanhol e os missionários queriam que o mestiço a possuísse e pudesse lê-la. Assim se encontraria com o Deus que salva o crente, sem a mediação de sacerdotes nem sacramentos. Por certo Deus julgaria todas as pessoas no último dia; mas tinha dado a cada um a consciência para regulamentar sua conduta, e a Bíblia para que, por si mesmo, pudesse descobrir a vontade de Deus.

Este Deus não queria que as pessoas ficassem sujeitas a tiranos nem a sacerdotes que tivessem o poder sobre seus corpos nem suas consciências. Não era a sujeição a leis humanas ou divinas o que protegeria as almas no juízo mas, sim, a livre graça do perdão aplicada a todos os crentes por meio da morte de Jesus Cristo. Todo o plano de Deus para a humanidade e sua salvação estava à vista na Bíblia, e cada um tinha o direito de investigá-la por si mesmo.

Libertação do povo — Nos últimos trinta anos vimos sendo participantes de um milagre, uma terceira vinda da Bíblia à América Latina. Quando o povo pobre que luta por sua libertação começou a ler a Bíblia, aconteceu ser outra Bíblia, não a que antes chegara ao Novo Mundo. O povo descobriu que a primeira manifestação de Deus na Bíblia foi como libertador dos escravos que sofriam opressão nas mãos de um tirano egípcio. Descobriram que este mesmo Deus enviou profetas para orientar o povo em suas lutas contra os reis que usurpam o poder em Israel e contra os impérios que se sobrepujaram a esses reis. Tudo isso em favor da vida do povo duplamente oprimido, por seus próprios reis e pelos impérios estrangeiros. Leram que este Deus Libertador se encarnou na Galiléia para, solidário, acompanhar um povo desarmado em sua luta pela vida. E celebraram com os Salmos e com as visões apocalípticas o juízo de Deus sobre os opressores desta história.

O segredo destas três “vindas” da Bíblia está na diferença entre os



sujeitos que liam a Bíblia. No século 16, a Bíblia era lida pelos letrados que debatiam em Sevilha, Madri, México e Lima sobre a vontade de Deus para os “índios”. É possível para o opressor e imperialista ler a Bíblia. Aí estão os livros de Samuel e Reis, que justificam o exercício de autoridade real sobre o povo de Deus; e aí estão os livros de Crônicas e as cartas pastorais (1-2 Timóteo e Tito), que apresentam um Deus que dá aos sacerdotes e bispos a autoridade sobre a sorte das almas.

Também é possível ler a Bíblia como a Carta Magna da liberdade do cidadão que não conhece outra lei senão sua própria consciência. Aqui, as cartas de Paulo aos Gálatas e aos Romanos são a chave que abre a Bíblia. Os mestiços latino-americanos que buscavam sua emancipação encontraram na Bíblia dos protestantes o Deus espírito, que põe a liberdade em todo coração onde entra.

Não obstante, embora o Deus da conquista e o Deus da sociedade liberal estejam presentes na Bíblia, a única leitura da Bíblia que permite entendê-la em todos os seus níveis é a leitura do povo que luta por sua libertação. A leitura que encontra um Deus dominador não pode reconhecer o Deus libertador, porque questionaria sua legitimidade. E o Deus emancipador da consciência é um Deus mfope, que considera o Deus libertador como demasiado “mate-

O segredo das três “vindas” da Bíblia está na diferença entre os sujeitos históricos que leram a Palavra de Deus

rial” e “político”, já superado no Deus espiritual da salvação pela fé. Unicamente a leitura popular permite entender toda a riqueza da Bíblia.

O Javé do êxodo está na origem da Bíblia. O Deus de Salomão, que exige do povo submissão e que diz ser “o Deus que tirou Israel do Egito” é uma usurpação dos valores religiosos do povo por seus opressores. É o Deus que livra das normas da lei imposta por sacerdotes aos crentes que seguem o caminho da fé de Jesus nada mais é que uma emancipação de alguns indivíduos da usurpação anterior. No fundo, o poder divino que move tudo, a inspiração originária, é o Deus do povo que luta por sua vida. O povo descobriu na Bíblia a luta do seu Deus contra as imitações falsas de Deus que, embora estando também na Bíblia, não têm vida própria, mas dependem, para sobreviver, de sua imitação do Deus verdadeiro, que é o Javé do êxodo.

Jorge Pixley, pastor batista norte-americano, é biblista e trabalha na Nicarágua. Autor de *A história de Israel a partir dos pobres* (Vozes).

PENTECOSTES

O COMBATE DE DEUS



Sebastião A. Gameleira Soares

Páscoa e Pentecostes nos levaram a reler os textos do livro dos Atos dos Apóstolos.

A Bíblia tem seu jeito próprio de falar. Às vezes, conta direitinho o que aconteceu, fatos históricos com suas personagens reais e até detalhes. Outras vezes, a partir de fatos reais, constrói uma dramatização na qual o que mais interessa não são os detalhes históricos do *fato* (bruto), mas o sentido do *acontecimento* para a vida do povo. Basta pensar nas histórias de Sansão, por exemplo. Para isso, utiliza-se de imagens e símbolos a que os ouvintes ou leitores já estavam bem habituados. Em vez de dizer, simplesmente, que na morte de Jesus Deus se estava manifestando, fala de terremoto, escuridão,

sinais que desde o Antigo Testamento indicavam a presença e a manifestação do Senhor a seu povo (Ex 19,16ss). Certas vezes, a Bíblia chega até a montar a narração de cabo a rabo, cria o fato, como se fosse uma peça de teatro, para falar de experiências vividas. Quem já não leu alguma vez na vida o livrinho de Rute ou o de Jonas? São como romances nos quais, em torno de alguns personagens, se faz uma reflexão profunda e inspirada pelo Espírito de Deus, abordando problemas bem atuais da vida do povo.

Nem sempre é possível interpretar tudo ao pé da letra pensando que as coisas se passaram exatamente daquele jeito. Frequentemente é preciso prestar muita atenção às ima-

gens e aos símbolos usados. Em alguns textos com aparência de história, temos verdadeiros poemas de grandiosa profundidade teológica, meditações profundas testadas ao longo de gerações inteiras, como é o caso de Êxodo (cap. 14), a grande epopéia da saída do Egito. No ponto de partida está o fato, a experiência vivida pelos antepassados, mas o texto já quer dizer muito mais do que apenas contar, pretende explicitar, para as gerações vindouras, o sentido daquele acontecimento para o futuro do povo de Deus.

Nós também não falamos assim? Depois de uma boa chuvada, passada a seca, o chão molhado, as folhas verdes de novo, as gotas d'água brilhando beijadas pelo sol, o camponês não exclama alegremente: "A terra está sorrindo"? Como é possível falar das nossas vivências com Deus senão na linguagem da poesia? Pensar de outro modo é deixar-se prender naquela leitura "segundo a letra", tão condenada pelo apóstolo Paulo, e que leva à morte, porque pesada e opressiva (2 Co 3).

Pois bem. Os Atos se abrem mostrando-nos os discípulos chamados a tomarem consciência de que a ausência de Jesus é só aparente. Pela fé necessitam perceber sua presença que continua no meio deles. Por isso se diz que "uma nuvem o cobriu e eles não puderam mais vê-lo" (At 1,9). Se a figura de Jesus está encoberta pela nuvem, isto é sinal de que ele está presente, com aquela presença que é típica de Deus, oculta, discreta, misteriosa. O símbolo da nuvem não quer indicar a ausência de Jesus, mas, ao contrário, sua presença permanente. Pois na memória de todos era bem claro o significado da nuvem. No Antigo Testamento era o sinal da presença do Senhor sobre o Monte da Aliança (Ex 19,16). Por isso, na transfiguração, Jesus é envolvido por uma nuvem (Mc 9,7). O Monte das Oliveiras (At 1,12), tão famoso na tradição popular (Zc 14,4), agora evoca o monte da alian-

ça, é o novo Sinai e o pacto se faz com o Deus que se tornou próximo e palpável (1 Jo 1,1) em Jesus. A nuvem está aí, bem em cima das cabeças dos discípulos, para indicar que ele, apesar de "oculto a seus olhos", continua presente.

Não é permitido ficar olhando o céu, paralisado pela saudade ou, quem sabe, pela desilusão de que ele se foi e o sonho acabou. É urgente ir por todo o mundo, testemunhar que a vida de Jesus foi aprovada por Deus. Anunciar que *viver é caminhar* do jeito como ele viveu.

Cada dia mais até a morte de Jesus vai sendo compreendida por eles como seu último e extremo gesto de vida. Vai ficando sempre mais claro, na luz do Espírito, na convivência comunitária, que *viver é viver* de tal modo que se possa até morrer como Jesus: *dando a vida* por amor. Assim, morrer não é morte, mas o extremo e mais denso gesto de vida (Jo 5,24; 1 Jo 3,14). Já não tem sentido falar de morte, pois esta foi "engolida" pela vitória do Amor. A partir dessa *evidência* (por isso os Evangelhos nos contam que eles "vêem" a Jesus), experimentam Jesus vivo em seu meio e sentem a urgência de sair a proclamar o jeito de viver de Jesus como o caminho (At 9,2) para uma convivência humana autêntica, para chegar a provar a felicidade e o bem estar, o *shalon*, tão esperado por todas as gerações do povo de Deus.

A perseguição leva-os a espalhar-se pela Judéia, Samaria e, mais longe ainda, pelas diversas regiões do Império (At 1,8). Vai-se sentindo no dia-a-dia como a Palavra está sendo proclamada, acolhida e celebrada nas várias línguas da Terra (1 Ts 1,7ss). Todas as nações, dos quatro cantos do mundo, convergem na invocação do único nome de Jesus (1 Co 1,1-3). Assumem o mesmo caminho. Adoram o mesmo Deus e se reconhecem como membros de uma mesma grande família: têm um só nome e se tratam de "irmãos". Apesar de provenientes de raças e nações diferentes, agora conseguem entender-se na mesma "língua". As comunidades se sentem fruto do milagre que inverte a situação de Babel. Lá as línguas se confundiram e as pessoas já não podiam comunicar-se (Gn 11,1-9). Nas comuni-



dades a diversidade de línguas já não é mais empecilho pois todos chegam a entender-se na invocação de um único nome, o nome de Jesus (Fl 2,9-11).

O texto de Atos (cap. 2) é uma grandiosa e bonita síntese dessa experiência. As comunidades dos seguidores do caminho de Jesus sentem-se animadas por seu Espírito. Sentem-se transformadas. Suas vidas têm sido abaladas como se por elas tivesse passado violento vendaval que tudo arrasta e faz tremer (At 2,2). Nada fica como dantes quando passa o Senhor (Hc 3,3-7). Vem-lhes natural a lembrança do Sinai. Ali, como agora, a comunidade do povo de Deus teve seu solene início. Ao propor sua Aliança, Deus transformava a vida de gentes marginalizadas na solidariedade de um povo organizado. Tremores de terra, trovões, relâmpagos, nuvens eram a simbologia para expressar a poderosa manifestação transformadora de Deus (Ex 19,18-20).

Os mestres judeus, ao comentarem as narrações sobre o Sinai, chegavam a dizer que a "voz" de Deus se manifestara numa bola de fogo e esta se repartira em setenta línguas (chamas) pelas várias nações da terra. Era a idéia de que o fogo iluminador do Senhor "enche o orbe da terra". Reflexão que insinua uma visão ecumênica, universal, da atuação de Deus no mundo.

As comunidades se sentem em continuidade com o povo da Alian-

O Espírito desmascara a ideologia segundo a qual a comunidade não passa de sonho e de ilusão

ça. Para elas, com a vida de Jesus, se renova e se aprofunda o pacto de Deus com seu povo. As igrejas (comunidades) são agora o novo Monte de Deus onde se pode fazer experiência semelhante à força de trovões, relâmpagos, fogo e terremoto. As "línguas de fogo" são a voz do Deus da Aliança se espalhando na direção de todas as nações da terra (At 2,5-13).

O Espírito vem como consolador e advogado (Jo 16). É enviado por Jesus para fortalecer e consolar as comunidades ao enfrentarem o conflito com o mundo. Confere aos crentes a plena certeza interior de que estão salvos e defendidos, acusa o mundo do pecado e da mentira. Desmascara, com fatos reais, a *ideologia* segundo a qual a comunidade não passa de sonho e ilusão. O Espírito é o grande dom concedido aos fiéis para se manterem firmes em meio às dificuldades, conflito e perseguição.

Os discípulos reúnem-se ao redor de pobres pecadores. Não mais os escribas. É um caminho alternativo

O anúncio da ressurreição não é mera palavra; é nova coragem e novo jeito de viver — a comunidade

Foi por isso que os discípulos acharam normal representar a ação do Espírito nas comunidades sob o símbolo das “línguas (labaredas) de fogo”. Fogo expressa luta e combate. Em luta contra seus inimigos, Deus é como fogo devorador. Assim o imagina o profeta Isaias:

“A mão do Senhor se manifestará em favor dos seus servos, mas se indignará contra seus inimigos. Porque o Senhor vem com fogo, e seus carros parecem furacão, para desabafar sua ira com ardor e sua ameaça com línguas (labaredas) de fogo. É com fogo que o Senhor fará justiça sobre toda a terra” (Is 66,14-16).

No êxodo, quando Moisés se sente convocado por Deus a guiar o povo na luta contra o faraó do Egito, desenhava-se em sua imaginação uma enorme labareda de fogo que queima sem parar (Ex 3,2).

A chama tem forma de espada. É a espada ameaçadora de Deus desembainhada à vista dos inimigos do povo. A prova disso é que, na visão que tem Josué, literariamente paralela àquela dada a Moisés, substitui-se a chama pela espada brilhando ao sol (Js 5,13-15).

Quando o homem e a mulher são expulsos do Jardim, é sinal de que a ruptura está consumada. Já não podem nem mesmo se aproximar do Éden. A entrada agora está guarda-

da por dois querubins que fecham a passagem tendo na mão “espadas flamejantes” — labaredas de fogo que servem de espadas — como sinal de declaração de guerra à humanidade desobediente (Gn 3,23-24).

João Batista anuncia os tempos de Jesus como dias de um batismo no Espírito e no fogo. Quando a palha será queimada e toda árvore que não der bom fruto cortada e queimada no fogo (Mt 3,10-12).

Ao assumirem o símbolo das “línguas de fogo”, as comunidades manifestam a consciência de que falar com a “língua” do Espírito, anunciar a vitória e a presença de Jesus vivo implica entrar no fogo do combate de Deus em vista de afirmar a sua realza no mundo.

Agora, reúnem-se não mais em torno dos escribas, mas em redor de pobres pescadores galileus. Já não seguem mais os ensinamentos oficiais e a ideologia dominante. Dirigem-se por um caminho alternativo. Que subversão! Vivem a prática de uma nova solidariedade: partilham os bens e tomam a ceia em comum, em ação de graças (*eucaristia*) e atualizando em suas vidas a memória do gesto supremo de Jesus ao entregar-se por seus amigos, quando o sistema o julgara indesejável. Transformam suas próprias casas em “casa de oração” onde os irmãos são acolhidos e se sentem em casa. Cada casa se torna o Templo de Deus (At 2,42-47). O anúncio da ressurreição não é mera palavra; é, sim, uma nova coragem e um novo jeito de viver — a comunidade (At 4,32-37).

Essas comunidades de gente necessitada e solidária abrem-se natu-

ralmente aos necessitados de fora. Entre eles e os outros pobres e marginalizados não se interpõe “nem ouro nem prata”. Olham-se diretamente nos olhos e fazem nascer uma nova solidariedade para que os coxos comecem a caminhar com seus próprios pés... (At 3).

O sistema do mundo se sente agredido e ameaçado. O combate começa. Vem a perseguição, a fuga, a cadeia e até a morte. O Espírito que os arrasta irresistivelmente transforma-os pelo fogo, fá-los falarem numa língua nova que mais se parece a espada afiada e flamejante (Ap 1,12-16), joga-os de cheio no fogo do combate pelo Reino. É que o Mestre é aquele que disse: “Eu vim lançar fogo sobre a terra e como gostaria que já estivesse aceso” (Lc 12,49). “Não pensem que vim trazer paz à terra, eu não vim trazer paz e sim a espada” (Mt 10,34).

A consolação do Espírito não é a falsa tranquilidade de águas paradas e apodrecidas, dos que estão “fechados com medo” do mundo (Jo 20, 19). É a firmeza no combate dentro das igrejas e no coração da história. As primeiras comunidades cristãs preferiram a experiência de sentirem-se arrebatadas pelo “violento vendaval que abala a casa” onde estavam fechados os discípulos... Preferiram a experiência de se sentirem desafiadas a empunhar a espada (labareda) de fogo do combate de Deus. E nós?

Sebastião A. Gameleira Soares é leigo, casado, biblista, professor do Instituto de Teologia do Recife (Iter) e assessor do Centro de Estudos Bíblicos (Cebi).



L • E • I • A • E • A • S • S • I • N • E

TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação mensal voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI.
Av. Higienópolis, 983 - cep 01238 - São Paulo SP

- ☐ Assinatura anual: Cr\$ 300,00
- ☐ Assinatura de apoio: Cr\$ 400,00
- ☐ Exterior: US\$ 30

LUTA PELA TERRA

TERRA DE TRABALHO, TERRA DE NEGÓCIO

Aurélio Viana, Maria Antonieta da Costa Vieira, Neide Esterci
CEDI, Rio de Janeiro, 1990, 55 páginas, 14x21 cm

Leonilde Sérvalo de Medeiros

Como bem aponta Neide Esterci na apresentação desta publicação, o crescimento da luta por terra no Brasil nos últimos anos trouxe a regulamentação sobre o direito de sua livre utilização. Ao mesmo tempo em que o Estado legisla sobre as condições de regularização fundiária ou de concessão de lotes de forma a impedir sua livre comercialização, as lideranças e organizações que representam os trabalhadores não só demandam a criação de empecilhos legais à venda de terras, como também, nas áreas de sua atuação, desenvolvem uma série de regras para coibi-la. Parodiando o título escolhido para a publicação, trata-se de impedir que "terra de trabalho" se transforme em "terra de negócio".

A riqueza dos dois textos reunidos nesta publicação é a demonstração da existência de uma outra lógica presente nas vendas de terra, que se processam à revelia das injunções legais e das concepções das lideranças. Tratando-se de situações bastante díspares — uma ocupação de terras no sudoeste do Paraná, no caso do artigo "Assalariamento, extrativismo e venda (ou troca) de lotes: alternativas para a consolidação de uma ocupação de terras no sudoeste do Paraná", de autoria de Aurélio Viana, e outra no sul do Pará, uma área de tradição de luta por terra e objeto de intervenção do Getat em "A venda de terras do ponto de vista dos lavradores: a venda como estratégia", de Maria Antonieta da Costa Vieira —, uma mesma conclusão é apresentada: "Terra de trabalho" e "terra de negócio" não são concepções excludentes no universo de "colonos" e "lavradores".

Questionando a análise simplista que vê nos negócios com a terra um indício de enriquecimento/ex-

clusão, os autores trazem uma importante contribuição à compreensão das motivações que levam esses agentes a se desfazer do lote. Indicando a diferença de fortunas já presente por ocasião da ocupação da fazenda Anoni, Aurélio Vianna analisa a venda ou troca de lotes como uma das estratégias possíveis de sobrevivência. Segundo este autor, há inclusive uma legitimação de tais procedimentos no interior da comunidade: "Este tipo de venda e troca faz parte de uma lógica de acumulação própria daquele campesinato que busca condições para a fixação na terra e não naquele lote específico. Para eles, o que importa é a busca da terra suficiente para a família com condições de produção e reprodução e não a manutenção pura e simples da terra que ocupam".

Trabalhando em contexto distinto, Maria Antonieta Vieira mostra que a regularização fundiária feita pelo Getat "vem referendar a ocupação dos posseiros, tomando-os proprietários jurídicos, mas ao mesmo tempo estabelecendo um padrão do-

minante que contrasta com as formas de ocupação anteriormente existentes na região. A terra titulada ou 'terra de documento', como dizem os posseiros, é a expressão de um padrão de ocupação onde o acesso à terra se faz pela compra de um espaço delimitado, dividido, legitimado por título jurídico de propriedade". A terra titulada passa a ser vista então como recurso estratégico no atendimento às necessidades da família, e sua venda não implica necessariamente no abandono da condição camponesa.

Segundo demonstram os artigos em questão, para além da concepção das lideranças que, em determinadas conjunturas e por razões significativas, transformaram a venda dos lotes num problema, para os que a praticam trata-se muitas vezes de um paradoxal esforço por permanecer vinculados à terra.

Leonilde Sérvalo de Medeiros é professora do CPDA/UFRJ e colaboradora do programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.



Lançamento

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Subsídios para a elaboração de políticas municipais, CEDI, São Paulo, 1990, 44 p., 14x21cm

O livro, o número 5 da série *Documentos*, do CEDI, sintetiza as conclusões elaboradas no segundo semestre de 1989 pelo Fórum de Políticas Municipais de Educação de Jovens e Adultos. Concebido como suprapartidário, o Fórum foi constituído em julho de 89 com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas municipais de educação de jovens e adultos, promover o intercâmbio de experiências entre as administrações que o compõem e contribuir para o aperfeiçoamento das equipes dirigentes responsáveis pela educação nos municípios.

Ação pastoral deixou de ser no Brasil e na América Latina atividade exercida pelos clérigos para oferecer assistência aos fiéis e transformou-se em praxis coletiva da comunidade eclesial. Os novos momentos políticos e econômicos, que exigem esforços sistemáticos de análise da realidade, avaliação freqüente da prática exercida, trazem questões não percebidas anteriormente.

Esse quadro aponta para a necessidade de um amplo debate ecumênico, participativo e pluralista, sobre a pastoral. São sinais de amadurecimento e de vitalidade. São reafirmação de que o sonho de uma verdadeira revolução não acabou e que a utopia de uma nova sociedade ainda alimenta a prática pastoral.

